

25. A Avaliação e os seus pressupostos

99. A avaliação é uma componente que faz parte do processo educativo e que, acima de tudo, se constitui como um elemento integrante e regulador da prática educativa. A regulação é um ato intencional que contribui diretamente para a progressão da aprendizagem, esclarecendo-se que a principal função da avaliação é melhorar e regular o processo de ensino-aprendizagem. Consequentemente, compete à escola, aos professores e aos alunos melhorar o que se aprende e como se aprende. As práticas de avaliação devem permitir conhecer bem os saberes, as atitudes, as capacidades, as aprendizagens e a fase de desenvolvimento dos alunos, e proporcionar-lhes indicações claras sobre o estado em que se encontram, relativamente a um dado referencial de aprendizagem e desenvolvimento de ações.
100. **Objeto das avaliações** – A avaliação define como objeto do seu juízo o conjunto das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo como referência orientadora o conjunto definido das Aprendizagens Essenciais, que enquadram a orientação curricular de base, com especial acuidade e atenção às áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
101. **Processo de ensino-aprendizagem** - Pedagogicamente, a avaliação enquadra-se na perspetiva de processo do ensino-aprendizagem, constituindo um momento de análise da interação docente-aluno. Essa interação estabelece-se relativamente aos domínios da aprendizagem, aos temas/conteúdos programáticos, às competências curriculares, às metas educativas, às aprendizagens, à formação cívica e de cidadania e ao êxito global de todo esse processo. A avaliação tem a função pedagógica de qualificar a evolução do processo educativo em que o aluno está enquadrado e identificar o desempenho do aluno e do docente, tendo como referência os objetivos educativos do PE.
102. **Juízo de valor** - Avaliar é uma operação que consiste em estimar, apreciar, emitir um juízo de valor ou conferir uma importância determinada a uma pessoa, a um processo e/ou a um todo a partir de informações qualitativas e/ou quantitativas, de critérios precisos, de aprendizagens a adquirir, mediante a aplicação de recursos e critérios de avaliação. Este processo visa a adoção de uma decisão, ou, mais especificamente, a atribuição de um valor a um resultado, situando e/ou posicionando este último relativamente a um critério ou uma norma de comparação num quadro de referência eleito para o efeito.
103. **Interpretação da informação** - Avaliar não é só mensurar. Avaliar é recolher, organizar e interpretar informações, uma vez que este tipo de avaliação é, numa perspetiva geral, o processo que visa apreciar objetivamente todos os aspetos associados diretamente às aprendizagens – o rendimento e as características dos sujeitos aprendentes, os programas, o ensino, a avaliação, a gestão do ensino e das aprendizagens, o pessoal e os estabelecimentos de ensino –, e procura, por conseguinte, produzir um juízo de valor sobre um resultado obtido. Mensurar é recolher resultados ou outros indícios que permitam proceder à descrição quantitativa dos conhecimentos, das capacidades e/ou das habilidades de um sujeito aprendente, correspondendo, por conseguinte, à primeira etapa do processo de avaliação pedagógica.

104. **Integração do ensino-aprendizagem** - Avaliar integra os processos de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, o termo de suporte respetivo designa toda a atividade que visa analisar e interpretar os resultados ou indícios facultados pela mensuração, para que possam ser adotadas as decisões apropriadas às circunstâncias da situação educativa em causa. No processo que visa apreciar, objetivamente, o rendimento escolar e as dificuldades de aprendizagem de um sujeito aprendente, por referência a objetivos específicos, para que seja possível tomar decisões acertadas no quadro da planificação do processo de formação escolar desse sujeito aprendente, esse juízo de valor corresponde à etapa central do processo de avaliação pedagógica, uma vez que esse juízo de valor consiste em atribuir um parecer sobre a progressão ou o estado de realização das aprendizagens à luz das informações recolhidas.
105. **Apreciação crítica** - Avaliar as aprendizagens é apreciar criticamente, com bases justificativas, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes de um sujeito aprendente, no seu processo evolutivo, desde o início do processo de aprendizagem até ao momento da apreciação crítica, com o objetivo de determinar em que medida foram alcançados os objetivos educativos.
106. **Avaliação extensiva e diversificada** - A avaliação abrange um período relativamente extenso de aprendizagem e uma pluralidade de aspetos do desenvolvimento pessoal e do rendimento do sujeito aprendente no quadro de associação, conjugação, concertação e/ou de integração de disciplinas homólogas e/ou diferentes, sendo de sublinhar que, no âmbito dos Sistemas Educativo, em geral, e Escolar, em particular, nacionais, essa avaliação global, no Ensino Secundário contemporâneo, deve ser objeto de execução – de acordo com o dispositivo normativo correspondente – não apenas no plano de cada ano de escolaridade, mas também no plano do conjunto dos anos de escolaridades constituintes do nível de ensino respetivo.

26. Modalidades de Avaliação

107. Avaliação/informação diagnóstica

108. **A informação diagnóstica** deverá preceder qualquer iniciativa de avaliação diagnóstica. É uma informação sobre o nível da turma, do seu desempenho e proficiência, do ritmo educativo que a caracteriza, dos problemas de aprendizagem com que habitualmente se confronta, das tipologias altitudinais e comportamentais que a definem, dos pré-requisitos de aprendizagem que carece, dos alunos que têm demonstrado mais dificuldades de aprendizagem e beneficiado de apoio educativos, bem como tantos outros aspetos, mais específicos e concretos, suscetíveis de fornecer aos docentes o estado e capacidades de aprendizagem que o grupo turma possui.

- **A avaliação diagnóstica**, aplicada no início ou ao longo do ano letivo, em articulação com a avaliação formativa, envolve a descrição, a classificação e a determinação do valor de algum aspeto da aprendizagem dos alunos sobre os quais persistam dúvidas ou falta de esclarecimento educativo suficiente, a partir dos dados antecipadamente fornecidos pela informação diagnóstica. Uma vez identificadas as características dos alunos e verificada a sua situação em relação ao que se espera deles no decorrer do ano letivo, é possível reconstituir os conceitos, factos, competências e atitudes que necessitem de intervenção pedagógica.

- **As modalidades de operacionalização**, quaisquer que sejam, propõem-se conhecer o aluno: fazer uma sondagem, projeção e retrospeção da situação de desenvolvimento do aluno, revisão do programa prévio da disciplina, questionário às competências e aprendizagens do aluno, diálogo informal, conduzem sempre a um processo de autoavaliação do que o aluno sabe ou não, das aprendizagens e conhecimentos adquiridos pelo aluno, para relacionar com os novos conhecimentos, e deduzir as causas das dificuldades de aprendizagem ou as capacidades de progresso.

109. Avaliação Formativa

110. A avaliação formativa é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem durante o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Esta modalidade situa-se no centro da ação educativa, ao caracterizar-se como informativa (informa os intervenientes do processo educativo); reguladora (corrige a ação, modificando-a quando for necessário) e propositiva (conhecidas as dificuldades do aluno e as condições, elaborar-se-á uma proposta de ajustamento do ensino ao discente).

111. Essa modalidade de avaliação, além de fornecer dados sobre o progresso da aprendizagem do aluno, contribui significativamente para o professor adequar os seus procedimentos de ensino às necessidades da turma. De uma forma ou de outra, ela cumpre a finalidade de aperfeiçoar o processo do ensino-aprendizagem. Neste sentido, a avaliação fornece feedback no processo de ensinar e aprender.

112. Avaliação Sumativa

113. A avaliação sumativa constitui um momento de análise e síntese das informações recolhidas no decorrer do período, por isso é a avaliação da comprovação, pois as pretensões educativas sobre a aprendizagem concretizam-se por meio das atividades de instrução.

114. Esta avaliação configura-se como relevante para verificar se as aquisições de conhecimentos, as competências e atitudes estabelecidas para a formação do aluno foram conseguidas. Cabe ao professor ver o aluno como um todo desde o diagnóstico inicial, passando pelos diferentes momentos avaliativos realizados durante o processo educativo até ao momento desta avaliação.

115. Auto e coavaliação

116. A autoavaliação ajuda o aluno a posicionar-se face ao conhecimento, às aprendizagens, face ao grupo turma e face ao docente. Nesse sentido ela é potenciadora de autorresponsabilização, quando o aluno avalia o seu percurso de aprendizagem: do ponto de partida ao ponto de chegada, num processo de autoconsciência dos sinais de crescimento humano, cognitivo, de maturidade psíquica, de desenvolvimento de competências e de visão mais ampla e globalizante do saber.

117. Efetua-se, no final do terceiro período, para todas as disciplinas, sendo registada pelo aluno em documento próprio. Os professores titulares de turma e os diretores de turma são responsáveis pela recolha da ficha de autoavaliação.

118. A coavaliação entre pares é um processo de regulação que implica colocar o aluno em situações de interação, confronto e decisão, obrigando-o a explicar, a argumentar, a tomar consciência de si, a dar ou receber informação, tendo em vista apoiar o outro e receber ajuda dos pares no processo de avaliação.

27. Funções da Avaliação

119. Funções Gerais

- Fornecer as bases para a planificação educativa.
- Possibilitar a seleção e a classificação dos alunos.
- Reajustar práticas educativas, orientando-as para a promoção do sucesso educativo.
- Adotar medidas que proporcionem, inclusivamente, as aprendizagens de todos os alunos.
- Fornecer informação aos alunos e encarregados de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens.

120. Funções Específicas

Função diagnóstica

- Verificar se o aluno apresenta ou não determinados conhecimentos competências e aprendizagens necessários para aprender algo novo (pré-requisitos).
- Identificar, discriminar e caracterizar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem para planificar a recuperação.
- Comprovar a viabilidade das propostas educativas em que se baseia o currículo.
- Obter informações sobre o rendimento do aluno.

Função formativa

- Informar o aluno e o professor sobre os resultados das aprendizagens que estão sendo alcançadas durante o desenvolvimento das atividades educativas.
- Melhorar o ensino e a aprendizagem.
- Localizar, apontar e discriminar deficiências ou insuficiências no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, a fim de eliminá-las.
- Propiciar informação sobre as ações educativas.

Função classificatória

- Classificar o aluno segundo o nível de aproveitamento ou desempenho alcançado.
- Buscar uma consciência coletiva quanto aos resultados alcançados.
- Avaliar se as lacunas de aprendizagem realmente desapareceram e em que nível o conhecimento ocorreu.

28. Princípios Pedagógicos da Avaliação

121. Os princípios pedagógicos da avaliação decorrem da conceção educativa explícita neste PE e pretendem auxiliar a elaboração dos objetivos que, por sua vez, fornecem ao professor as indicações dos avanços e das dificuldades dos alunos e de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la, contribuindo para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino.

122. **A avaliação é um processo sistemático** – A sistematização na avaliação é necessária e importante, para que não corra o risco de ser espontânea e improvisada. A responsabilidade do professor não é aplicar instrumentos apenas para a atribuição aritmética da classificação ou nível. A função avaliativa é muito maior do que cumprir apenas uma norma administrativa. O professor deve munir-se de instrumentos de avaliação tão diversificados quantos forem os itens a serem avaliados, ajustados à fundamentação do juízo avaliativo a que deverá proceder. Isso requer planificação e sistematização permanentes, para que a avaliação ocorra de forma ajustada.
123. **A avaliação é um processo contínuo** – O princípio refere-se à relação intrínseca entre produto educativo e processo educativo, evidenciando o processo de capacitação do aluno como um conjunto de momentos, de esforços, conquistas que vão demonstrando o modo e a intensidade com que o aluno interioriza e assimila os conteúdos programáticos e o método de aprendizagem próprio, desenvolvido e aperfeiçoado. A continuidade da avaliação acentua a importância da relação permanente desses dois fatores, produto e processo de aprendizagem, e o modo como se influenciam mutuamente ao longo de um determinado percurso educativo. A avaliação necessita de resultados, que são o produto da ação de ensino-aprendizagem, e necessita, também, do processo de aprendizagem, pois é por meio dele que o aluno atinge os resultados desejados. O processo e o resultado são duas facetas do mesmo objeto: a prática pedagógica. Resultados efetivos dependem de processos de aprendizagem consistentes.
124. **A avaliação é funcional** – A avaliação é funcional porque se realiza em função dos objetivos. Os objetivos estabelecem os parâmetros e as prioridades do que é essencial e do que é secundário no ensino, para, posteriormente, ser incluído na avaliação. Na prática, essa relação não é linear e fechada. Posto que a condição da sala de aula e o ensino são processos dinâmicos, o professor deverá prestar atenção à necessidade de reformular os objetivos sempre que advertir que eles não estão coerentes e adequados à turma e aos conteúdos programáticos. Esse caráter dinâmico, flexível e, ao mesmo tempo, funcional dos objetivos é que norteia a avaliação e reorienta a prática docente conforme os resultados conseguidos.
125. **A avaliação é orientadora** – A avaliação é orientadora porque aponta, por um lado, para os resultados em termos de avanços e dificuldades do aluno, auxiliando-o a vislumbrar as suas possibilidades, e orientando-o no sentido de alcançar os objetivos propostos. Por outro lado, orienta o professor a manter condutas e opções educativas ou reformulá-las, pondo em prática procedimentos alternativos, quando estes sejam necessários.
126. **A avaliação é integral** – A avaliação é integral, pois considera o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada. Assim, ela deve evitar privilegiar um aspecto em detrimento de outros, respeitando os critérios específicos de avaliação. Além da complexidade do aluno em si, como sujeito, é preciso levar em conta, igualmente, as múltiplas dimensões do ensino em cada área de conhecimento.
127. **A avaliação é inclusiva** – A avaliação torna-se inclusiva quando aplica o princípio educacional da igualdade de oportunidades e garante a aprendizagem ao longo da vida. Isto supõe abandonar os preconceitos sobre a incapacidade do aluno em aprender e acreditar que existem ritmos, formas e tempos diferentes de aprendizagem. Avaliar para incluir é ser capaz de disponibilizar ao aluno as condições objetivas e subjetivas adequadas para a aprendizagem.

128. **A avaliação é relacional** – A avaliação deve garantir ao aluno o direito de aprender consigo mesmo, com os outros e com os objetos do saber. Nada do que ocorre na sala de aula pode ser reproduzido, pois cada aluno atribui à aula e aos ensinamentos do professor um sentido que é único para ele. Os múltiplos relacionamentos da convivência são estruturantes do modo de pensar e reagir em relação ao conhecimento apresentado.
129. **A avaliação reflete a unidade de objetivos, conteúdos e métodos** – A planificação do professor deve demonstrar a unidade de objetivos, conteúdos, métodos e avaliação em todo o processo didático. Os objetivos explicitam conhecimentos, competências e atitudes, operacionalizados por meio da metodologia adequada, pela definição da compreensão e assimilação que devem ser manifestados por meio de exercícios, provas de avaliação formal, trabalhos, fichas e pesquisa. A clareza dos objetivos, associada à adequação metodológica e aos instrumentos de avaliação, amplia a possibilidade do processo didático ter a unidade desejável.
130. **A avaliação contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades** – Toda e qualquer atividade de avaliação deve servir de referência para que o aluno se descubra nas suas potencialidades. Nessa perspectiva, a avaliação deve ser um elemento de construção do conhecimento, para propiciar o desenvolvimento de competências, do saber pensar, argumentar e organizar, cumprindo, assim, com a finalidade de educar para a cidadania pessoas conscientes do seu papel social.
131. **A avaliação deve focalizar-se nas ações de aprendizagem dos alunos** – Na elaboração dos objetivos, torna-se necessário pensar nas formas de avaliação correspondentes às expectativas que o professor tem em relação ao alcance do aluno. Essa ligação entre os objetivos e a avaliação determina o tipo de procedimento que deve ter o professor na proposta de atividades a desenvolver pelo aluno. Não existe conhecimento sem sujeito cognoscente, cultural e biologicamente situado. Entre as dinâmicas mais surpreendentes do desenvolvimento humano está a habilidade infinita de aprender e conhecer.
132. **A avaliação deve ser objetiva** – A avaliação deve ser capaz de fornecer uma imagem correta sobre as condições do aluno. Uma avaliação é objetiva quando elimina ou reduz, tanto quanto possível, a subjetividade do professor. Isso não significa excluí-la, já que ela está sempre presente na relação pedagógica – o cuidado a ser tomado é para que a subjetividade não comprometa nem se sobreponha às exigências objetivas. A fim de garantir a objetividade, o professor deve proceder à elaboração de registos sistemáticos sobre aspetos observados no aluno, elaborar e aplicar instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação e discutir com os demais professores as análises e as percepções sobre a turma.
133. **A avaliação deve ajudar a autopercepção do professor** – A avaliação é também um referente dos esforços do professor, explícitos nos resultados que o professor constata no decorrer do processo. Ele faz inferências, ou para retomar o que está a ser trabalhado, ou para prosseguir. Esse estado de vigilância, no painel de controlo das ações, possibilita ao professor o desenvolvimento da sua capacidade percetiva sobre aquilo que realiza. Esse mecanismo de ação e reflexão deve ser realizado pelo professor e pelo aluno conjuntamente, para recuperar a trajetória percorrida e apontar novos rumos para as ações. Essa avaliação da tarefa educativa é de fundamental importância para evidenciar uma postura de confiança e compromisso do professor com o seu autoconhecimento e com o dos seus alunos.
134. **A avaliação reflete o modo de pensar do professor em relação aos alunos** – As atitudes de um professor são reveladoras das suas crenças e expectativas, em relação aos alunos, e dos

valores com que se posiciona diante deles. Esses valores e crenças são identificados pelas características das suas ações. A avaliação constitui-se num ato pedagógico que demonstra não só a competência técnica do professor, mas, sobretudo, o seu compromisso ético e social com a formação do aprendente. Ao efetuar a apreciação dos resultados da avaliação, o professor julga o aluno nos seus aspetos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos – e nesse juízo mostra as suas qualidades de educador, na medida em que trabalha sempre com propósitos definidos em relação ao desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos alunos, face às exigências sociais e ao contributo que presta para o seu desenvolvimento intelectual, pessoal e social.

29. Didática multimodal, contextualizada e adequada ao aluno

135. A opção didática geral, que se depreende com coerência dos objetivos e modelos educativos enunciados neste projeto, propõe-se investigar os fundamentos, as condições e os modos de concretizar o processo educativo a partir da finalidade de aprender, encontrar respostas, criar entendimentos novos e procedimentos educativos inovadores. Sem prejuízo de aspetos específicos conformadores e próprios das diferentes áreas disciplinares, enunciam-se os princípios didáticos prioritários que se identificam com este projeto educativo.
136. **Didática promotora de aprendizagens inovadoras:** isto significa que a aprendizagem está relacionada com a melhoria das práticas educativas, em sentido amplo, portanto, melhorar a qualidade de aprendizagem dos alunos, a qualidade da sua formação e a qualidade da experiência educativa.
137. **Didática geradora de aprendizagens integradoras de compromissos:** o que sugere a cooperação e comunicação entre competências diferentes e âmbitos de conhecimentos distintos.
138. **Didática indutora de aprendizagens globalizadas, interdisciplinares e transdisciplinares,** pela qual se adquirem técnicas, competências sociais e a capacidade de organização e relação, de modo integrado e contínuo, das aprendizagens das diferentes disciplinas.
139. **Didática dialógica e intercomunicativa,** que inova nas formas e registos de comunicação oral, escrita, visual e multimodal, e favorece a criação de níveis e experiências de comunicação oral, discursiva, argumentativa, onde se convocam aprendizagens adquiridas e se ensaiam experiências enriquecedoras, como o debate, a reflexão conjunta, o exercício de contraditório de opiniões, visões científicas diferenciadas, que proporcionam ao aluno diferentes experiências de comunicação e interação na construção de saberes.
140. **Didática experimental** que propõe a descoberta de saberes e aprendizagens construídas a partir da experimentação e verificação, com o concurso da pesquisa, do trabalho colaborativo, da reflexão conjunta, da mobilização de contributos disciplinares múltiplos, em vista da resolução de problemas, mediante a seleção de metodologias de trabalhos adequadas e pertinentes.
141. **Didática centrada nos alunos,** que proporciona experiências, momentos, iniciativas em que o aluno é o construtor das suas aprendizagens e o autor da descoberta dos saberes. Trata-se de transformar o aluno em personagem ativo e principal do processo didático, em função do qual se sincronizam métodos, instrumentos, recursos, estratégias e iniciativas de aprendizagem.

142. **Didática inclusiva**, consciente da diversidade dos alunos e determinada em promover a igualdade e a não discriminação, ajustada à singularidade e heterogeneidade dos alunos, no intuito de dirimir obstáculos e dificuldades à aprendizagem, procurando soluções multinível para a aplicação e integração das medidas universais, seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem inclusiva.

E. ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

30. Identidade da Comunidade Educativa

143. De acordo com o IE e os princípios educativos definidos neste PE, o CDDS é uma Comunidade Educativa organizada e participativa, na qual estão definidas, claramente, as diferentes funções de compromisso, as responsabilidades e trabalhos de cada um dos seus membros, os modelos e níveis em que as relações profissionais e humanas se estabelecem e as formas de participação na vida coletiva da comunidade.
144. A matriz comunitária do CDDS salvaguarda, por isso, que todo o processo educativo seja partilhado ativamente por alunos, famílias, docentes, pessoal não docente e direção, dado que o mesmo processo será mais eficaz, produtivo e inovador através dessa dinâmica participativa e interativa das pessoas e grupos que, direta ou indiretamente, tomem parte nele ou nele intervenham.
145. A Comunidade Educativa é uma construção contínua e permanentemente renovada através do ambiente familiar que a congrega, concretizada no relacionamento institucional com os familiares dos alunos, nas inter-relações dos alunos entre si, nas formas e níveis de comunicação dos alunos com os docentes, na cooperação dos docentes entre si, nas relações dos alunos com o pessoal não docente, nas relações dos órgãos de direção com toda a comunidade. Entre todos os membros da comunidade, a forma de acolhimento, a delicadeza de trato, a atenção, a presença, a correção de linguagem, a postura e modéstia na apresentação, a delicadeza e afeto da relação evidenciam a identidade específica da Comunidade Educativa.
146. A identidade da Comunidade Educativa afirma-se, sobretudo, pela adesão, partilha e comunhão do mesmo Ideário Educativo e do mesmo Projeto Educativo, de forma deliberada, assumida e livre, aceitando e assimilando os seus valores e princípios orientadores e normativos como causa educativa própria, à qual se reconhece referência ética, razão valorativa, pertinência técnica, metódica e científica, qualidade formativa e garantia de integridade educativa, convergindo nas convicções, intenções e objetivos educativos.

31. O Aluno como centro da Comunidade Educativa

147. Importância do Aluno

148. O aluno é o principal sujeito e protagonista do processo educativo e a razão de ser da existência da Comunidade Educativa, pelo que toda a organização, ação, projetos e estratégias educativas se ordenam ao seu bem último, ao favorecimento do seu crescimento saudável e integral e à sua boa integração na Comunidade Educativa.

149. A motivação educativa contínua do aluno, interior e exterior, é a melhor forma de proporcionar-lhe uma boa integração, de modo a que as suas expectativas, gostos, formas de realização e opções futuras sejam devidamente atendidas e facilitadas dentro das possibilidades reais da Comunidade Educativa.

150. A motivação do aluno decorre do papel efetivo que assume na participação da dinâmica educativa do CDDS, intervindo ativa e proporcionalmente de acordo com a idade, exercitando as capacidades, as oportunidades adequadas, os papéis ou funções atribuídas, de tal sorte que a participação, sob modalidades diversas, seja realmente formativa, eduque para a responsabilidade e competência, para a solidariedade e respeito mútuo, motive para a justiça e a verdade e se torne profundamente integradora.

151. Na participação e integração do aluno, será relevante a plena consciência de que ele é hoje o beneficiário de uma tradição educativa que lhe é oferecida pelo CDDS e que, por isso mesmo, ele é hoje, também, chamado a ser construtor desta comunidade que o recebe e na qual ele se integra, acrescentando à memória educativa histórica que recebe a sua marca educativa contemporânea.

152. **Adaptações educativas às singularidades do aluno**

153. O aluno, face ao seu processo educativo, **é recebido, considerado, educado e atendido em termos de igualdade em relação aos demais alunos do CDDS**, sendo-lhe proporcionadas as mesmas garantias educativas, beneficiando de forma paritária de todas as estruturas organizativas da Comunidade Educativa, tendo acesso igual a todos os meios e recursos educativos e podendo partilhar do espaço da Comunidade Educativa de acordo com as orientações e indicações estipuladas no RI.

154. O princípio da igualdade não obsta a que, no respeito pela singularidade de cada aluno, **ele seja tratado com especial acuidade** quando as suas necessidades de proteção física, psíquica, de saúde, motoras, pontuais ou temporárias, requererem da Comunidade Educativa atenção positivamente diferenciada.

155. No processo educativo, **o aluno que necessite de apoio organizativo ou funcional**, face às necessidades educativas especiais que sejam sinalizadas, aos diferentes ritmos de aprendizagem, às descompensações educativas ou outras que se configurem como relevantes, disporá de formação que lhe proporcione um desenvolvimento integral, uma formação técnica, científica e metodológica adequadas, de modo a serem salvaguardados os princípios da justiça e equidade de oportunidades, a boa integração na Comunidade Educativa e o seu sucesso educativo.

156. A **necessidade de apoios especializados**, nos diferentes graus de ensino, por parte de algum aluno com limitações significativas ou profundas relativamente à atividade e participação num ou vários domínios da vida, que impliquem alterações estruturais relevantes, de caráter permanente, dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social, serão devidamente avaliadas pela Direção do CDDS na medida da existência de condições materiais, recursos técnicos e funcionais existentes. O CDDS empenhar-se-á em reunir os meios de forma a poder cumprir futuramente aqueles desígnios, na sequência das propostas que sejam efetuadas pelas estruturas representativas da Comunidade Educativa.

157. **Adaptações curriculares**

158. Com as adaptações curriculares específicas pretende-se, através de percursos diferenciados, em função das características de aprendizagem e das dificuldades específicas do aluno, e de forma a responder às suas necessidades, possibilitar o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno, no sentido de promover o sucesso educativo.
159. De entre os fatores determinantes a ter em conta pelo CDDS nas adaptações curriculares, distinguem-se, em relação às características e dificuldades do aluno, o Relatório Técnico-Pedagógico, o Programa Educativo Individual e os demais recursos humanos existentes. É da natureza de cada um destes fatores que se determinará o grau de especificidade das adaptações curriculares: significativas e não significativas. Estes tipos de adaptações curriculares não se excluem mutuamente, fazendo parte de um mesmo processo, ou seja, o da individualização do currículo perante as necessidades educativas especiais do aluno.
160. As adaptações curriculares previstas no Programa Educativo Especial são relativas ao nível das Adaptações Curriculares Individualizadas, que se referem a casos de alunos específicos que necessitam de uma adaptação adequação muito particularizada, e ao nível das Adaptações Curriculares de Turma, dirigidas para um grupo ou grupos diferenciados, formalizadas no PCT.
161. A seleção de adaptações curriculares não significativas afeta especificamente a metodologia educativa, embora possa repercutir-se na avaliação e na prioridade atribuída a certos objetivos e critérios.
162. **De entre as adaptações não significativas enunciam-se:**
- **Organizativas:** a organização didática e a organização do espaço educativo.
 - **Relativas às competências, objetivos e conteúdos:** dar prioridade a áreas ou unidades de conteúdos; dar prioridade a tipos de conteúdos; dar prioridade a competências; dar prioridade a objetivos; sequencializar conteúdos ou competências e prescindir de conteúdos secundários.
 - **Nos procedimentos didáticos e nas atividades:** modificar procedimentos; introduzir atividades facilitadoras alternativas às previstas; introduzir atividades complementares às previstas; modificar, simplificando, o nível de complexidade das atividades; prescindir de componentes das atividades; sequencializar as tarefas de forma alternativa e mais adequada ao aluno; introduzir estratégias facilitadoras nos planos de ação; adequar os materiais e recursos; modificar a seleção dos materiais previstos.
 - **Na temporalidade:** modificar e adequar a temporalidade para determinadas competências, objetivos e conteúdos previstos; prolongar em um ano a permanência do aluno no mesmo ano ou ciclo de escolaridade.
 - **Relativas às competências:** adequar ou prescindir de competências; introduzir competências específicas, complementares e/ou alternativas.
 - **Relativas aos conteúdos:** introduzir conteúdos específicos, complementares ou alternativos; adequar ou prescindir de conteúdos básicos do currículo.

- **Na metodologia:** introduzir métodos e procedimentos complementares e alternativos de ensino-aprendizagem; organizar de forma alternativa; introduzir recursos específicos de acesso ao currículo.
- **Na avaliação:** modificar e adequar técnicas e instrumentos; introduzir critérios gerais de avaliação; eliminar critérios regulares de avaliação; adequar os critérios regulares de avaliação; modificar os critérios de transição.

163. Na seleção das adaptações curriculares individuais ou de turma são enumerados os objetivos que se pretendem e os fundamentos que justificam a opção pelas adaptações curriculares significativas, nomeadamente:

- responder aos problemas educativos suscitados pela diversidade dos alunos;
- facilitar um maior nível de integração e participação dos alunos com necessidades educativas especiais na dinâmica geral da escola e da aula;
- responsabilizar todos os professores pelas respostas educativas aos alunos com necessidades educativas especiais;
- prevenir o aparecimento ou intensificação das necessidades educativas especiais, que podem surgir como consequência de um currículo menos adequado aos alunos;
- fazer com que as adequações individualizadas necessárias sejam o menos frequentes e significativas possível.

32. Os professores: perfil e compromisso

164. Perfil do professor

165. Devido ao carácter específico da sua formação, da sua ação profissional, que os relaciona diretamente com os demais professores, alunos, pais, pessoal não docente e direção, os professores têm uma responsabilidade determinante no bom ambiente e funcionamento da Comunidade Educativa, por assumirem, cumulativamente, a função de formadores e educadores.

166. Na missão de formadores e educadores, os professores devem proporcionar ao aluno, mediante o relacionamento humano qualificado e a presença edificante, a pedagogia adequada, a didática competente, os conteúdos técnicos, científicos e metodológicos que fundamentam as aprendizagens. Devem procurar fazê-lo de forma bem organizada e estruturada, com linguagem, atenção e dedicação adequadas à fase etária e curricular do aluno.

167. Como profissional do ensino, deverá o professor investir em transformar as aulas em momentos inovadores de aprendizagem, atrativos, coerentes e estimulantes, recorrendo a diferentes ritmos letivos, metodologias diversificadas, experiências educativas distintas e recursos variados, procurando ajustá-los às exigências e características dos conteúdos científicos e programas, ao perfil dos alunos e aos recursos disponíveis.

168. Enquanto pedagogo, está atribuído ao professor o dever de, mediante relações francas e construtivas, constituir-se como sujeito de socialização ativa, indiscriminada, quer com os alunos, mediante a atenção, paciência adulta, delicadeza de relacionamento, acolhimento, diálogo generoso, conselho, correção educativa; quer com os colegas, através da cooperação no trabalho de grupo, unidade de ação, partilha de esforços e reflexão conjunta, de tal modo

que, pelas relações pessoais, se afirme como dinamizador das relações de socialização da Comunidade Educativa.

169. O estatuto educativo do professor requer que, em todos os momentos e espaços do CDDS, ele se afirme como modelo e exemplo para todos os elementos da Comunidade Educativa, seja pela correção e bom nível da linguagem, seja pela comunicação gestual e corporal, seja pelos modos de presença edificantes, seja pela modéstia e decência do vestuário ajustado ao contexto do lugar, seja pelo apuro da apresentação, em tudo constituindo-se como referência educativa.

170. A profissão e a instituição que os recebem requerem dos professores um desempenho ético exemplar, na promoção e defesa pessoal e institucional das mesmas, e a deontologia inerente em todos os processos, relacionamentos, compromissos e deveres, sempre que se coloquem em causa o bom nome e a honra dos alunos, dos colegas e da instituição com que colaboram profissionalmente.

171. Compromissos educativos e formativos do professor

172. Com a profissão

- Justificar a confiança que o CDDS deposita nele e aumentar o respeito pela profissão, procurando acrescentar qualidade progressiva ao seu trabalho.
- Garantir que o conhecimento e formação profissional sejam constantemente atualizados e aperfeiçoados, quer relativamente às exigências e competências requeridas pela tutela, quer relativamente à qualidade de ensino que o CDDS preconiza, quer relativamente aos desafios éticos e científicos da profissão.
- Determinar a natureza e o formato de programas de formação contínua e formação própria como expressão essencial do seu profissionalismo.
- Divulgar toda a informação relevante relacionada com as suas competências e qualificações e formação académica.
- Apoiar todos os esforços para promover a democracia, os direitos humanos e a cidadania através da educação.

173. Com os Alunos

- Respeitar, indiferenciadamente, os direitos de todos os alunos, para que estes possam beneficiar do melhor ambiente e condições de aprendizagem.
- Salvaguardar e promover os interesses e bem-estar físico, psíquico e moral de todos os alunos, protegendo-os de intimidações e de todas as formas de pressões, ameaças e abusos físicos e psicológicos.
- Atender aos problemas que afetam o bem-estar dos alunos, tratando-os com cuidado, dedicação e discrição.
- Ajudar os alunos a desenvolver e interiorizar os valores propostos no IE, PE e RI do CDDS.
- Manter relações profissionais e humanamente maduras com os alunos, abstendo-se de ultrapassar os limites que a sensatez e a deontologia profissional recomendam.

- Reconhecer a individualidade e as necessidades específicas dos alunos, estimulando-os para que possam desenvolver plenamente as suas potencialidades.
- Estimular, nos estudantes, o sentimento de pertença a uma comunidade, baseado em compromissos mútuos, relacionados com a existência de cada um na Comunidade Educativa.
- Exercer a autoridade com ponderação, equilíbrio, justiça e solidariedade, nunca negligenciando a função pedagógica e educativa que ela implica.
- Garantir que a relação privilegiada entre professor e aluno não seja utilizada para fins de proselitismo, controlo ideológico ou manipulação afetiva ou psíquica.

174. Com os Colegas

- Promover um relacionamento amigável com todos os colegas, respeitando a sua situação profissional, as suas opiniões, funções e desempenho, aconselhando e apoiando, sobretudo os que se encontram em início de carreira ou em formação ou pontualmente fragilizados.
- Manter a confidencialidade sobre as informações relacionadas com os colegas, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que a sua divulgação seja requerida por lei ou por dever profissional.
- Defender e promover os interesses e o bem-estar dos colegas e protegê-los, de qualquer forma, de abuso físico, psíquico ou afetivo.

175. Com a Direção e Instituição

- Estar informado das responsabilidades legais, profissionais e administrativas que lhe são atribuídas ou confiadas, assumindo-as em espírito de comunhão com a Direção do CDDS.
- Cumprir as instruções fornecidas pela Direção e as normas consignadas nos Documentos Orientadores e Reguladores, requerendo as devidas autorizações, informações e esclarecimentos para a sua execução.
- Exercer, com cortesia e discrição, o questionamento de decisões, a solicitação de informação relativa a si ou ao seu trabalho, o fornecimento de justificações de ausências ao trabalho e a prestação de dados informativos sobre alunos ou situações relevantes ocorridas em contexto de sala de aula, recorrendo aos lugares e modos convencionados para o efeito.
- Receber e manifestar estímulos de confiança e tratamento justo no exercício das suas responsabilidades e tarefas profissionais.
- Apresentar sugestões fundamentadas, adequadas, pertinentes e oportunas que contribuam para a inovação e melhoria do processo educativo.
- Manter a confidencialidade e reserva sobre as informações relacionadas com a instituição, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que a sua divulgação seja requerida por lei ou por dever profissional.

176. Com os Pais e Encarregados de Educação

- Reconhecer o direito dos pais de acompanharem, através de canais previamente estabelecidos, o bem-estar, a integração e o progresso educativo dos filhos.
- Proporcionar conselhos sensatos e corretos aos alunos, do ponto de vista profissional, tendo em conta o interesse superior dos mesmos, sem prejuízo do respeito pela autoridade legal dos pais.
- Realizar todos os esforços legítimos possíveis no sentido de envolver ativamente os pais na educação dos filhos, auxiliando no processo de aprendizagem, salvaguardando os procedimentos de prioridade, para o efeito, da competência da Direção do CDDS.

33. Os Pais e Encarregados de Educação

177. Estatuto dos Pais e Encarregados de Educação

178. Primeiros responsáveis pela educação dos filhos - Os Pais e Encarregados de Educação são os principais responsáveis pela educação dos filhos. A eles cabe a opção livre pelo Projeto Educativo do CDDS, pelos valores, objetivos, processos e métodos educativos propostos neste PE e a responsabilidade pela adesão ao Ideário Educativo e às condições de ensino-aprendizagem. Este compromisso é validado, por escrito, anualmente, no início do ano, em documento próprio.

179. Cooperantes permanentes no processo educativo - Os Pais e Encarregados de Educação são cooperantes permanentes no processo educativo, cabendo-lhes colaborar através da informação, diálogo, presença, participação frequente nos momentos institucionais do CDDS, formas e níveis convencionados pelo CDDS no processo educativo dos seus filhos, assumindo, nesse processo, a função de acompanhar, motivar, estimular e valorizar o esforço e trabalho de aprendizagem e o crescimento integral dos filhos e/ou educandos.

180. Direito à informação sobre os educandos - Aos Pais e Encarregados de Educação, reconhece-se o direito de informação sobre todo o processo educativo dos seus filhos, relativamente à evolução global, às dificuldades particulares, à forma de integração na Comunidade Educativa, às necessidades pessoais, ao seu crescimento integral, nos termos em que a legislação o prevê e segundo o modo, limites e condições convencionadas no RI, proporcionando-lhes a ajuda educativa para realizarem cada vez melhor a sua missão fundamental de educadores.

181. Compromisso de lealdade com o CDDS - A todos os Pais e Encarregados de Educação atribui-se eticamente o compromisso de lealdade para com o CDDS, assumindo, com coerência, a causa do projeto Educativo escolhido do CDDS. Esse dever implica a responsabilidade que lhes cabe na tarefa da cooperação educativa, apresentando sugestões e indicações adequadas, pertinentes e oportunas, que favoreçam a melhoria do processo educativo.

182. Dever de prestação de informações - Merece relevo maior o dever dos encarregados de educação de prestar informações sobre os seus educandos que sejam relevantes e apropriadas como bom contributo para o seu processo de aprendizagem, bem como apresentar as justificações devidas para as faltas de presença às aulas, em tempo oportuno e próximo, quando não o for possível previamente.

183. Práticas e processos de colaboração mútua, de integração e participação

184. De entre as múltiplas possibilidades de colaboração mútua, integração e participação, por parte dos pais e encarregados de educação, privilegiam-se as seguintes:
185. **Comunicação** - Comunicar com o CDDS sobre o aluno, pois uma boa comunicação facilita a adaptação à escola e a aprendizagem de crianças e adolescentes. Ao falar com a Direção do CDDS e com o professor/diretor de turma, pode obter informações acerca do que os professores/Conselho de Turma e o CDDS esperam do aluno, relativamente a questões como o comportamento e a aprendizagem, a evolução e as dificuldades do aluno, as ajudas de que necessita nas tarefas escolares. Esta é também uma oportunidade de conhecer o aluno noutros contextos que não o familiar. Por outro lado, o professor/diretor de turma também ganha com esta experiência, porque fica a conhecer melhor o aluno e a sua família. Com uma adequada comunicação entre a família e a escola, é mais fácil estabelecer objetivos comuns e comunicá-los, com uma maior clareza, ao aluno.
186. **Presença** - Comparecer na escola sempre que for solicitado ou por iniciativa própria.
187. **Participação e integração** - Participar na apresentação, sempre que ocorrer, de espetáculos, celebrações, conferências, eventos diversos ou demonstrações dos resultados das atividades extracurriculares promovidas pelo CDDS, pois as atividades organizadas para os alunos e famílias envolvem geralmente muitas horas de preparação e o investimento de muitas pessoas. Nestas atividades, existe a oportunidade de conhecer melhor o espaço onde o aluno ocupa tantas horas, de conhecer os colegas e as famílias dos demais alunos, os professores e outro pessoal do CDDS e de integração na Comunidade Educativa.
188. **Motivação e incentivo** - Incentivar o aluno a utilizar, com interesse e aplicação, os recursos educativos disponibilizados pelo CDDS: espaços lúdicos, piscina, capela, biblioteca do Colégio.
189. **Modelo educativo** - Inculcar, no aluno, a interiorização da necessidade de respeito pelo trabalho, pelo cumprimento dos horários, pelos professores e pelas normas disciplinares e de conduta do CDDS.
190. **Tutor de bons hábitos** - Incentivar, no aluno, o hábito da assiduidade e pontualidade às aulas.
191. **Educador** - Promover, no aluno, a consciencialização dos princípios e objetivos do PE do CDDS.
192. **Cooperador na aprendizagem** - Atribuir ao aluno pequenas tarefas e responsabilidades, ajudando-o a organizar-se nas atividades escolares, para o tornar mais independente e seguro de si.
193. **Acompanhamento no estudo** - Mostrar interesse em tudo o que o aluno realiza, incentivando-o nas pesquisas e esclarecendo dúvidas, sem, no entanto, o substituir na execução dos seus trabalhos.
194. **Resiliência diante de problemas** - Favorecer o desenvolvimento do aluno, de acordo com a sua capacidade e fase de crescimento, estimulando-o a superar-se e a enfrentar as suas dificuldades.
195. **Promotor de atitudes positivas** - Contribuir para a aquisição, por parte do aluno, de uma visão otimista perante a vida em geral, criando um ambiente positivo.

196. **Cultor de valores** - Dialogar com o aluno acerca da vida escolar, respeitando, simultaneamente, a sua necessidade de privacidade, e demonstrando interesse pelas suas atividades, amigos, professores, percursos.
197. **Orientador de estudo** - Proporcionar ao aluno experiências de aprendizagem, como ler com ele, ouvi-lo a ler, conversar com ele acerca dos diferentes temas e conteúdos letivos, assistir em conjunto a programas televisivos e pedir-lhe opinião acerca daquilo que estão a ver e a ouvir, efetuar visitas a museus e sítios com interesse histórico e cultural, demonstrar e partilhar o seu interesse e curiosidade por tudo aquilo que o rodeia.
198. **Pedagogo** - Ajudar a organizar um horário de estudo adequado às necessidades do aluno, proporcionar-lhe um ambiente de estudo facilitador e ensiná-lo a estudar.

34. Pessoal Não Docente

199. **Papel cooperante** - O Pessoal Não Docente é cooperante no processo educativo, de acordo com as funções específicas atribuídas, e desempenha os trabalhos de apoio ao bom processamento das ações educativas, zelando pela preservação dos valores e espaços educativos e das normas de organização e funcionamento do Comunidade Educativa.
200. **Elevação de atitudes e desempenho** - Dada a importância relevante do papel de cooperação que desempenha no processo educativo, é-lhe requerido, como perfil adequado, a elevação de atitudes, zelo e dedicação nas funções que desempenha, competência profissional, lealdade na cooperação com todos os membros da Comunidade Educativa, vontade de aperfeiçoamento da qualidade do trabalho a produzir, discrição e confidencialidade relativamente a pessoas, informações e ações decorrentes do processo educativo, postura e porte modelares, cortesia e atenção para quem lhe solicita o seu trabalho e linguagem ajustada ao contexto educativo.
201. **Promoção do bem-estar dos alunos** - Segundo as funções específicas que lhe estão atribuídas, sejam de gestão económica, trabalho de secretaria, vigilância e assistência, higiene e limpeza, alimentação e saúde, são inerentes ao seu estatuto a salvaguarda da segurança e bem-estar de todos os alunos, a boa manutenção e preservação dos materiais, equipamentos e bens patrimoniais do CDDS, a manutenção da ordem, disciplina e o bom ambiente físico e humano, necessários ao êxito educativo.
202. **Solicitude e assistência** - Como intervenientes cooperativos no processo educativo, impõe-se que o Pessoal Não Docente se constitua como modelo de diálogo e de desempenho, mormente pela advertência esclarecida e moderada aos alunos, pelo conselho profissional dentro do âmbito das competências que lhe estão atribuídas, pela solicitude e assistência aos que requerem maior atenção e pelo seu profissionalismo e solidariedade com os demais colegas de trabalho.

35. Direção: estatuto e atribuições

203. Em relação à comunidade educativa
204. A Direção é a legítima representante legal da Instituição que tutela a propriedade do CDDS.

205. A Direção é a responsável pela promoção de toda a ação educativa e pela disponibilização dos meios e recursos físicos, técnicos e humanos requeridos à sua boa implementação, às condições e ambiente necessários para a sua consumação com êxito e ao provimento da boa organização do processo educativo.
206. A Direção possui competência própria para a definição dos princípios de orientação geral que determinam a elaboração e opção educativa exarada no IE, assim como os critérios de atuação que garantem a fidelidade da ação educativa a esses princípios.
207. À Direção, compete o zelo e vigilância pela garantia da qualidade e êxito do processo educativo, pela sua boa organização, pela coesão, disciplina e boa harmonia entre todos os elementos da Comunidade Educativa e pela interação bem estruturada dos seus membros.
208. A Direção é responsável por assegurar a renovação e atualização dos recursos educativos necessários à evolução e inovação do processo educativo, à atualização dos equipamentos, à modernização e adequação dos espaços, à contratação de docentes, técnicos e demais funcionários, em tudo ponderando o bem educativo dos alunos.
209. A Direção é a promotora de todo o planeamento educativo e de todas as ações, gestão de recursos e calendarização a ele atinentes, colocando como prioridades a qualidade e inovação da educação e o crescimento do êxito educativo.

210. Em relação aos Pais e Encarregados de Educação

211. Promover iniciativas, ações e estratégias que fomentem a aproximação dos Pais e Encarregados de Educação à Comunidade Educativa, através de modalidades diversas de envolvimento parental que sejam úteis como instrumento de reflexão-ação do CDDS e se manifestem adequadas às suas necessidades e às das famílias.
212. Ajudar os Pais e Encarregados de Educação a estabelecer as condições e requisitos básicos para a aprendizagem, a desenvolver práticas educativas adequadas às necessidades dos alunos e a compreender o desenvolvimento em cada estágio do seu processo.
213. Promover a comunicação entre o CDDS e os Pais e Encarregados de Educação, através de sistemas de comunicação bilateral, procurando disponibilizar canais de comunicação diversos (reuniões de pais, reuniões individuais com a família, contactos telefónicos, boletim da escola – caso exista, e-mail do CDDS e de turma) de forma a possibilitar uma comunicação fácil, rápida e eficaz.
214. Fomentar a participação dos Pais e Encarregados de Educação nas atividades do CDDS, nomeadamente nos eventos de início e fim do ano letivo, festas de Natal e Páscoa, Dia da Mãe, Dia do Pai, Dia das Famílias, Dia da Criança, Primeira Comunhão, Profissão de Fé, Celebração do sacramento da Confirmação, integrando-os ativamente dentro das possibilidades e disponibilidade dos mesmos.
215. Impulsionar o envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação em atividades de aprendizagem em casa, exercitando as competências que o aluno deve adquirir em cada momento da aprendizagem e valorizando a importância da monitorização e encorajamento/reforço dos trabalhos para casa, sobretudo se o aluno se encontrar em processo de recuperação ou de apoio pedagógico.
216. Dar satisfação, no quadro das formas institucionais que se possam mostrar legalmente previstas à cooperação e participação dos pais e encarregados de educação nas atividades do

CDDS e envolvê-los nas sugestões que visem a melhoria do processo educativo, quer através de uma eventual Comissão de Consulta de Pais, quer de grupos de reflexão-ação, criados para a resolução de problemas concretas.

36. Organização e estruturação do processo de reformulação do PE

217. Princípios orientadores

218. O Conselho Pedagógico promove a execução de todo o processo de organização, estruturação e reformulação do Projeto Educativo, de acordo com os seguintes princípios orientadores:

- **Diagnóstico da situação educativa** – Definição e tipificação dos métodos e processos para a recolha de dados de diagnóstico e determinação dos grupos da Comunidade Educativa e os representantes dos Pais e Encarregados de Educação a inquirir.
- **Inquérito** - Identificação dos princípios estruturantes do inquérito a efetuar para a recolha de informação: caracterizar a situação educativa presente do CDDS e perspetivar e pensar as prioridades da renovação e inovação educativa.
- **Recolha, análise e síntese da informação obtida pelo diagnóstico da situação educativa** – A recolha dos elementos de diagnóstico da situação educativa é efetuada no Conselho Pedagógico, ao nível dos Departamentos das Áreas Disciplinares, ao nível dos Conselhos de Ciclo e dos Conselhos de Turma. Os alunos são sondados mediante a atenção prestada às sugestões individuais, de turma ou de grupos, nos momentos de avaliação e autoavaliação, nos momentos fortes de intervenção na vida da Comunidade Educativa e nos momentos pontuais de abordagem pessoal e individual. O Pessoal Não docente exprime-se e apresenta sugestões nos momentos das reuniões de planificação e de reorganização de trabalho dos diferentes setores em que se incorporam. Os Pais e Encarregados de Educação pronunciam-se individualmente nos contactos mantidos com a direção e administração do CDDS, nas reuniões de informação com os diretores de turma e nas solicitações individualizadas selecionadas para o efeito.
- Após a recolha, organização e análise de toda a informação obtida, é produzida uma **síntese ordenada** de acordo com os princípios estruturantes da inquirição produzida.
- **Organização e estruturação dos problemas identificados na situação educativa.** São referenciadas, de modo relevante, nas fontes de informação obtidas, as áreas da situação educativa, do funcionamento e organização da Comunidade Educativa a requererem intervenção e renovação, bem como as respetivas dificuldades a repensar.

219. Princípios orientadores de reformulação do Projeto Educativo

220. Formulação das **ações e estratégias educativas** a implementar.

221. As **áreas e os problemas referenciados** na formação são hierarquizados, sequenciados por prioridade e analisados relativamente à adequação, à pertinência e à viabilidade de aplicação à situação educativa e à Comunidade Educativa do CDDS.

222. Definição das metas educativas

223. Estão elencadas, relativamente a cada área de intervenção, as metas educativas, metodológicas, pedagógicas, organizacionais e funcionais, as soluções estratégicas a implementar para a correção e aperfeiçoamento de procedimentos e superação das

dificuldades identificadas, como são, também, determinados os indicadores de controlo e avaliação intermédia e final da evolução do PE.

- Elaboração e apreciação de documento prévio ou anteprojecto
- No documento produzido, ou plano educativo estratégico prévio, identificam-se e atribuem-se aos intervenientes da Comunidade Educativa as responsabilidades e compromissos estratégicos para a implementação prática e situada do PE.
- Discussão e aprovação
- Após a apreciação global sobre a unidade e coerência estrutural e educativa do PE, é o mesmo submetido a discussão e aprovação geral pelo Conselho Pedagógico.
- Implementação do PE
- O PE, após aprovação, é dado a conhecer, na sua constituição definitiva, a toda a Comunidade Educativa, a qual é convocada para a corresponsabilidade, diante dos desafios educativos colocados, para a necessidade de mentalização de superação das rotinas e das dificuldades, para o desenvolvimento de uma atitude mais solidária nas práticas e relações educativas e para a aplicação das estratégias com rigor e exigência. Como complemento dessa informação e motivação geral, os respetivos Departamentos das Áreas Disciplinares e os demais grupos não docentes da Comunidade Educativa são estimulados ao estudo, análise e implicações específicas do PE na sua área de trabalho específica.

37. Os Recursos Educativos do CDDS

224. Espaço físico e equipamentos

225. O espaço físico e os equipamentos disponíveis no CDDS são o resultado da já longa evolução da herança educativa que se foi instituindo como Matriz Educativa e Pedagógica. Todo o espaço físico está ordenado e organizado em função da boa gestão do processo educativo e da boa rentabilidade educativa dos mesmos.

226. Os equipamentos e espaços, interiores e exteriores, estão proporcionados à dimensão quantitativa da população escolar e são usados sem condicionamentos ou restrições, sem coincidências limitativas da sua utilização e cumprem todas as regras de higiene e segurança, de acordo com as normas legislativas para os recintos escolares. A qualidade da preservação dos materiais, espaços e equipamentos é salvaguardada pela manutenção contínua dos mesmos, seja através de intervenções permanentes, seja através de intervenções setoriais de requalificação, efetuadas anualmente, seja através da reorganização periódica dos mesmos: repensando-os ora em função da faixa etária dos alunos, ora das necessidades específicas por ciclos, ora das atividades que neles se produzem.

Quadro 1 - Bloco Norte: espaços e equipamentos

Designação	Piso -1		Piso 0		Piso 1		Piso 2		Piso 3		Total	
	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²
Parque de Estacionamento	-	-	-	2.214	-	-	-	-	-	-	-	2.214
Átrio principal	-	-	1	224	-	-	-	-	-	-	1	224
Recepção	-	-	1	19	-	-	-	-	-	-	1	19
Capela	-	-	1	95	-	-	-	-	-	-	1	95
Secretaria	-	-	1	44	-	-	-	-	-	-	1	44
Gabinete do Diretor	-	-	1	22	-	-	-	-	-	-	1	22
Gabinete do Administrador	-	-	1	31	-	-	-	-	-	-	1	31
Gabinete Médico	-	-	1	8	-	-	-	-	-	-	1	8
Salas de Aula	-	-	3	207	24	1.324	24	1.375	5	454	57	3.360
Sala de Música	-	-	-	-	-	-	1	51	-	-	1	51
Sala Informática	-	-	-	-	-	-	-	-	1	89	1	86
Sala Artes, E.V. e Geometria Descritiva	-	-	-	-	-	-	1	66	3	156	4	222
Sala apoio a Desenho e E.V.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	70	1	70
Laboratório Ciências Naturais	-	-	-	-	2	194	-	-	-	-	2	194
Laboratório Ciências Físicas	-	-	-	-	2	134	-	-	-	-	2	134
Laboratório Ciências Químicas	-	-	-	-	2	134	-	-	-	-	2	134
Gabinete Professores	-	-	-	-	-	-	-	-	4	60	4	60
Sala Professores	-	-	-	-	1	99	1	16	-	-	2	115
Salas Professores: Atendimento	-	-	2	45	2	20	-	-	-	-	4	65
Biblioteca, videoteca, hemeroteca	-	-	-	-	-	-	-	-	1	280	1	280
Auditório	-	-	1	630	-	-	-	-	-	-	1	630
Sala de Convívio-Bar Alunos	-	-	1	396	-	-	-	-	-	-	1	396
Instalações Sanitárias Alunos	-	-	4	54	5	172	5	87	2	30	16	343
Circulação – Átrios/Corredores	1	115	3	254	-	-	1	586	1	230	7	2.159
Arrecadação	5	322	5	44	-	-	2	20	2	12	17	435
Cozinha e Dependências Apoio	-	-	8	316	-	-	-	-	-	-	8	316
Refeitório dos alunos	-	-	1	386	-	-	-	-	-	-	1	386
Refeitório Professores	-	-	1	46	-	-	-	-	-	-	1	46
Lavandaria	-	-	1	26	-	-	-	-	-	-	1	26
Área Técnica	1	74	-	-	-	-	-	-	1	9	2	83

Designação	Piso -1		Piso 0		Piso 1		Piso 2		Piso 3		Total	
	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²
Depósito Materiais	-	-	-	-	1	18	-	-	-	-	1	18
Arquivo	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	1	63
Reprografia Papelaria	-	-	-	-	1	15	-	-	-	-	1	15
Recreio Coberto	-	-	1	644	-	-	-	-	-	-	1	644
Recreio Descoberto	-	-	1	1.700	-	-	-	-	-	-	1	1.700
Pavilhões Gimnodesportivos	-	-	1	1.400	-	-	-	-	-	-	1	1.400
Campos Ténis	-	-	1	555	-	-	-	-	-	-	1	555
Campos Voleibol	-	-	2	788	-	-	-	-	-	-	2	788
Campos Basquetebol	-	-	1	310	-	-	-	-	-	-	1	310
Campo de Andebol	-	-	1	976	-	-	-	-	-	-	1	976
Campo Futebol	-	-	1	2.640	-	-	-	-	-	-	1	2.640
Aposentos Direção	-	-	-	-	-	-	-	-	1	42	1	42
Quartos para Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	25
Instalações Sanitárias Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	45
Circulação Zona Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	99
Circulação Vertical - Elevador	-	-	1	4.40	1	4.40	1	4.40	-	-	3	13.20
Total Geral											34.769,20	

Quadro 2 - Bloco Sul: espaços e equipamentos

Designação	Piso -1		Piso 0		Piso 1		Total	
	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²	uni.	m ²
Receção	1	11	-	-	-	-	1	11
Polivalente/Convívio/Recreio Coberto	-	-	1	302	-	-	1	302
Gabinete Médico	-	-	1	18	-	-	1	18
Salas Aula Pré-Escolar	-	-	11	635	-	-	11	635
Salas Aula Primeiro Ciclo	-	-	-	-	16	1.035	16	1.035
Sala Ballet	-	-	1	56	-	-	1	56
Sala Informática	-	-	-	-	1	76	1	76
Sala Atividades Extracurriculares	-	-	1	-	1	76	1	76
Sala de receção aos Alunos	-	-	2	55	-	-	1	55
Gabinete Professores	-	-	-	24	-	-	2	24
Sala Professores	-	-	-	-	1	27	1	27
Sala Professores: Atendimento	-	-	1	27	-	-	1	27
Dormitório - Educação Pré-Escolar	-	-	1	76	-	-	1	76
Instalações Sanitárias Alunos	-	-	9	117	14	153	23	270
Circulação – Átrios/Corredores	3	132	11	843	11	662	5	1.637
Arrecadação Refeitório	2	25	9	167	1	90	22	282
Refeitório	-	-	-	-	1	527	1	527
Sala de Convívio-Bar Alunos	-	-	-	-	1	172	1	172
Área Técnica	-	297	-	-	-	-	3	297
Pavilhão Gimnodesportivo	3	420	-	-	-	-	1	420
Sanitários - Vestiários do Pavilhão Polivalente	1	90	-	-	-	-	2	90
Campo de Futebol	2	-	1	534	-	-	1	534
Parque Infantil	-	-	2	1.710	-	-	2	1.710
Piscina Coberta	-	-	1	880	-	-	1	880
Sanitários – Vestiários da Piscina	-	-	3	1.133	-	-	3	1.133
Total Geral							10.370	

227. O conjunto das instalações do CDDS distribui-se por dois blocos construtivos: **o Bloco Norte**, no qual se enquadram os espaços e serviços centrais e específicos, destinados à frequência do Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, e também os serviços de restauração, pavilhão e auditório, e **o Bloco Sul**, no qual se situam os espaços e serviços, reservados à frequência do Educação Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico, inclusivamente a piscina, as salas de ballet e um pavilhão recreativo.

228. O elenco, algo exaustivo, dos espaços educativos, lúdicos, formativos, logísticos e humanos e os respetivos equipamentos desportivos, técnicos e funcionais, sem o olhar do contexto socializador e da matriz educativa e pedagógica, resultaria num rol puro de propriedade. Pelo olhar analítico, percebe-se, em todos estes espaços e equipamentos, uma estratégia educativa coordenada e integrada, ajustada à Comunidade Educativa e ao seu esforço inovador e humanizador. As unidades, áreas, distribuição, organização dos equipamentos e espaços evidenciam alguns vetores educativos determinantes, os quais demonstram coerência com os propósitos do Projeto Educativo.

229. Assinalam-se:

- **Modernização e atualização dos recursos, em favor da qualidade educativa** – Em todo o esforço de renovação da qualidade dos espaços, da sua boa organização, da implantação, dos novos equipamentos técnicos, da qualidade dos materiais novos introduzidos, da iluminação, verifica-se a consciência de que a modernização dos meios, dos instrumentos e recursos, tem sido um passo importante para garantir a boa qualidade educativa. Percebe-se este esforço, há cerca de duas décadas, como uma atitude contínua de corresponder, com inovação, racionalidade e consolidação estratégica, aos grandes desafios da renovação educativa contemporânea. A renovação dos equipamentos desportivos e informáticos, o melhor e mais fácil acesso às fontes de informação e comunicação, a dotação de estruturas e espaços de apoio ao estudo, a substituição das carteiras dos alunos por modernos modelos confortáveis e concebidos segundo as regras da ergonomia, têm sido alterações que, enquanto capacitam o CDDS para cumprir com maior eficácia a sua tarefa educativa, permitem também ao aluno desenvolver-se a si próprio, num ambiente aberto à modernidade de pensamento, ideias, métodos e formas de trabalho.
- **Otimização qualitativa da formação do aluno** – A qualificação progressiva dos espaços e dos equipamentos educativos está dirigida ao aluno e não constitui pura exibição tecnológica. Os investimentos mais recentes comprovam o propósito educativo dos investimentos. A criação de rede interna de acesso à internet, a disponibilização de complementos de formação extracurricular, a modernização da biblioteca, com soluções múltiplas de utilização, o investimento em equipamentos de novas tecnologias de comunicação nas salas de aula, os investimentos mais avultados na construção de novas instalações, a renovação do auditório, a reorganização do recreio, o reforço dos recursos de segurança (emergência e incêndio) têm demonstrado que essas modernizações visam a melhoria das condições em que o aluno aprende, cresce e se desenvolve, realizando a sua formação integral.
- **Conforto e humanização dos meios** – A inovação e modernização não têm esquecido uma das dimensões mais importantes do ambiente em que o aluno aprende e vive: a do

conforto e humanização dos espaços. As condições físicas e materiais que se proporcionam aos alunos são a garantia de que o aluno se sente bem, que é bem-recebido em espaço acolhedor, que se sente física e psiquicamente confortável nos espaços que vivencia e em que cria laços e referências educacionais que perdurarão na sua memória educativa. O aquecimento e climatização dos espaços das salas de aula, a modernização dos espaços de confecção da alimentação e das refeições, a introdução de notas caracteristicamente juvenis no espaço de convívio e bar, a disponibilidade de atenção de enfermagem e serviço médico proporcionam ao aluno o gosto pelo espaço onde aprende e essa satisfação produz motivação para entender o ensino–aprendizagem com maior empatia e simpatia.

- **Identificação dos interesses do aluno** – A formação integral do aluno tem de estender-se às áreas de interesse e de crescimento do aluno. Porém, pela sua formação, o aluno desenvolve motivação e dimensões formativas novas que acompanham o seu crescimento. A disponibilização de espaços de exposição de trabalhos criativos e artísticos, a formação artística em níveis e áreas específicas, a renovação das instalações com uma maior atenção à higiene e salubridade dos espaços e recursos, a valorização da luminosidade natural nos espaços de aprendizagem, a introdução de fontes de energia limpas e a modernização completa dos laboratórios, onde os alunos demonstram entusiasmo pelo ensino prático e experimental, têm comprovado que o investimento produzido na qualificação física e material do CDDS tem ido ao encontro das motivações e interesses formativos do aluno.
- **Organização educativa e socializadora dos espaços** – As grandes alterações construtivas, introduzidas na última década, permitiram que a distribuição dos alunos pelos espaços pudesse ser melhor organizada em função dos níveis etários e dos ciclos de ensino. Ganhou a circulação dos alunos, que acedem aos espaços educativos e destes aos recreios, às entradas do CDDS, aos equipamentos desportivos e ao refeitório com menos transtornos de circulação e de ruído. Garantiu-se a melhoria da socialização dentro da mesma faixa etária e alargou-se a outras faixas. Há, com esta nova organização, uma maior identificação afetiva do ciclo de ensino com o espaço físico que lhe corresponde, dentro das instalações do CDDS, o que permite responsabilizar os alunos, relativamente ao uso do património.
- **Abertura da Comunidade Educativa à sociedade** – O processo de modernização de recursos físicos, como a piscina, o auditório renovado, os espaços desportivos, têm permitido que o CDDS os coloque ao dispor dos Pais e Encarregados de Educação, criando, com isso, uma abertura diversificada e formativa para os alunos. O espaço deles converteu-se, também, no espaço das famílias, que passaram a interagir nas instalações do CDDS, não já nos curtos tempos de chegada e partida com os filhos, mas em momentos mais longos, em espaços mais extensos e momentos de partilha mútua que têm deixado marca educativa.

230. Oferta educativa e valências formativas

- A oferta educativa disponibilizada, desde a **Educação Pré-Escolar** ao Ensino Secundário, quer através da sequência dos planos curriculares, quer através da formação extracurricular e dos projetos e cursos, enquadra-se nas diretivas educativas e pedagógicas que emanam do Ideário Educativo e da Matriz Educativa e Pedagógica do CDDS.

Quadro 3 - Oferta Educativa, cultural, desportiva, técnica, artística e religiosa

Curricular	Projeto e Cursos	Formação Religiosa (Transversal aos vários ciclos)
Educação Pré-Escolar		
Primeiro Ciclo		
Segundo Ciclo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos de línguas (Inglês, Francês, Alemão e Espanhol) no estrangeiro 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Catequese ▪ Formação Bíblica ▪ Grupos de Pastoral Juvenil ▪ Participação em Encontros Nacionais e Internacionais de Juventude
Terceiro Ciclo		
Secundário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupo de Voluntariado ▪ Curso de Línguas (Inglês, Francês, Alemão e Francês) no estrangeiro 	
Cursos Científico-Humanísticos: Ciências e Tecnologias Ciências Socioeconómicas Línguas e Humanidades Artes Visuais		

231. Assinalam-se:

- **Educação e formação sequencial de ciclos** – Na oferta educativa, tem persistido o cuidado de garantir unidade sequencial na progressão de ciclos, ora pelo acompanhamento dos docentes nos diferentes anos de cada ciclo, que têm garantido a estabilidade da aprendizagem sucessiva do aluno, ora na cooperação com os docentes, nas fases de transição de ciclo por parte dos alunos. Acresce, também, que o facto de os alunos ingressarem no CDDS no Pré-Escolar e início do Primeiro Ciclo tem permitido que, à consolidação da oferta educativa, se associe um conhecimento crescente das capacidades de cada aluno, bem como das suas dificuldades específicas, permitindo que a sequência curricular seja processada com maior acompanhamento e personalização educativa.
- **Inovações na oferta educativa** - No sentido de consolidar a sequência educativa, têm sido introduzidas inovações na oferta educativa da Educação Pré-Escolar, do Primeiro e Segundo Ciclos, mormente na disponibilização de formação nas línguas estrangeiras e no Latim, nas tecnologias de informação e comunicação, reconhecidamente, imprescindíveis, como base de consolidação das aprendizagens nos ciclos posteriores. Nestes ciclos, a frequência de cursos de verão no estrangeiro ou oferta suplementar de tempos curriculares para consolidação das aprendizagens precedentes constituem estratégias de fortalecimento das ações educativas e formativas. Constitui fator inovador a introdução da certificação da aprendizagem das Línguas Estrangeiras, que abrange o percurso integral de formação ao longo dos ciclos.
- **Formação extracurricular** - A formação extracurricular tem sido cada vez mais diversificada relativamente aos interesses dos alunos e tem permitido desenvolver competências complementares e integrantes na formação dos mesmos. Estas áreas formativas têm suscitado progressivo e alargado interesse e são, atualmente, de frequência transversal a todos os ciclos curriculares.
- **Educação desportiva** - O CDDS é um espaço que contribui para o desenvolvimento cognitivo, social, psicomotor e afetivo da criança. O desporto, com as suas respetivas atribuições, oferece oportunidades para o desenvolvimento de competências que preparam os alunos para a obtenção sucesso nos estudos e no exercício da sua cidadania. A vertente desportiva das atividades extracurriculares no CDDS pretende proporcionar a todos os alunos atividades de carácter recreativo/lúdico de formação, ou de orientação desportiva, tendo em vista a aquisição de competências físicas, técnicas e táticas. Existem, atualmente, múltiplas ofertas de desportos variados que têm sido do agrado geral de todos, confirmado pela participação entusiasmada e efetiva dos alunos.

- **Tempos livres** - As instalações do CDDS oferecem uma ampla gama de equipamentos pedagógicos e desportivos de várias modalidades. No CDDS, os alunos podem encontrar atividades de tempos livres, vocacionadas para a aprendizagem por meio de jogos e atividades de lazer. Não querendo sobrecarregá-los com escola depois da escola, pretende-se que tenham pedagogia e diversão em quantidade, qualidade e diversidade adequadas, pois ambos são importantes. Os alunos podem encontrar um leque diversificado de atividades de enriquecimento extracurricular, desde o futebol, natação, hip-hop, esgrima, ténis, voleibol, ginástica, karaté, ballet, dança contemporânea e ainda atividades como a música, educação musical instrumental, mandarim, coro, orquestra *orff*, pintura e teatro, visando o complemento da formação global do aluno.
- **Valorização da descoberta e opção vocacional** – A oferta educativa, na organização e valorização do acompanhamento personalizado possível dos alunos, tem facultado a descoberta, por parte dos alunos, das suas tendências e opções vocacionais, permitindo-lhes desenvolver e consolidar os requisitos específicos das suas escolhas e formação futura. Permanentemente, existe atenção, da parte dos docentes, no sentido de encaminhar vocacionalmente os alunos de acordo com as suas inclinações educativas próprias. Na fase de transição do terceiro ciclo para o Ensino Secundário, o CDDS disponibiliza aos alunos um acompanhamento independente e especializado, no sentido de ajudá-los a esclarecer as suas dúvidas opcionais, independentemente da sua intenção se encaminhar para a continuidade de frequência no CDDS ou não.

232. Oferta cultural científico-humanística diversificada

233. A oferta educativa do CDDS está centrada **numa cultura científico-humanística** diversificada e pretende corresponder às diferentes saídas profissionais e de formação superior que globalmente são solicitadas pela procura educativa. A flexibilidade na organização da oferta educativa, especialmente no Ensino Secundário, tem permitido inflexões ou alterações de opção formativa aos alunos, quando entendem modificar as suas opções iniciais. A herança histórica e estatística do CDDS, na sua tarefa educativa, comprova que a procura educativa crescente não tem tanto que ver com a grande diversidade da oferta educativa, mas, mais, com a qualificação progressiva da oferta existente, pelo que o presente Projeto Educativo incidirá, sobretudo, na análise das dificuldades ainda existentes neste campo específico e na estruturação de estratégias e ações que correspondam ao aumento e consolidação da inovação e qualificação educativa.

234. A oferta educativa do CDDS dispõe de um leque de opções diversificadas no âmbito das **Línguas Estrangeiras** (parceria com as entidades certificadoras), tendo em vista uma educação plurilingue, em consonância com as exigências do mercado de trabalho global. No âmbito da Língua Inglesa, o Colégio é, desde 2010, reconhecido como um *Cambridge English Preparation Centre* e a partir de 2018 passou a *Cambridge Educational Premium Partner*. A certificação das restantes línguas estrangeiras, designadamente de Alemão, Espanhol e Francês, é realizada em parceria com o *Instituto Goethe, Cervantes e Alliance Française*, respetivamente, no sentido de validar internacionalmente as competências dos alunos.

235. **Educação integral** – Correspondendo à visão educativa de educação integral, salvaguardada no Ideário Educativo, o CDDS disponibiliza aos alunos, livremente, e por opção dos Pais e Encarregados de Educação, relativamente aos alunos menores, e escolha pessoal, relativamente aos alunos maiores de 16 anos, a frequência de tempos de catequese, de cursos de formação bíblica e a integração dos mesmos em grupos de pastoral de

adolescentes e jovens, que participam em encontros juvenis regionais, nacionais e internacionais. Esta disponibilidade de oferta educativa tem conhecido, nos últimos anos, um envolvimento por parte de alunos, docentes, antigos docentes e familiares dos alunos, com assinalável interesse coletivo, que culmina anualmente com celebrações sacramentais no termo do ano letivo. Esta formação é transversal a todos os ciclos.

38. Desafios Permanentes à Comunidade Educativa

236. Alunos: procura estável e consolidada

237. O corpo de alunos que frequenta o CDDS efetua, na sua maioria, todo o percurso de frequência escolar disponibilizado pelo CDDS, o que permite aos Alunos uma identificação continuada, crescente e aprofundada com o Projeto Educativo do CDDS. Os indicadores educacionais do CDSS evidenciam que a estabilidade da frequência tem sido proporcionada pelo modelo educativo respetivo, uma vez que tem vindo a desenvolver-se uma crescente e consolidada aproximação da formação aos valores educativos consagrados no Ideário Educativo e no Projeto Educativo do CDDS, documentos estruturantes esses que enquadram nos planos essencial, estrutural, funcional e teleológico a consideração e as implicações do «Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória» no CDDS.

238. Corpo Docente dinâmico, cientificamente e pedagogicamente qualificado e criativo

239. As transformações que se têm vindo a operar-se no corpo docente do CDDS têm constituído um dos seus maiores investimentos, na última década. Recorrendo à integração de profissionais com formação recente, com formação científica qualificada, e entrosando-os no corpo docente pré-existente, tem o CDDS conseguido a boa transição da mentalidade profissional, da atitude educativa, dos valores identitários da instituição e da cultura formativa de excelência que porfia. As diferenças etárias gradativas, a permuta de experiências profissionais, a partilha de informação têm sido a garantia de que a identidade educativa é assimilada e assumida pelas gerações mais recentes, o que tem acontecido de forma integrada e cooperativa.

240. **Um corpo docente estável** – O maior valor que decorre da análise ao corpo docente é o da estabilidade, que concede a tranquilidade profissional para uma boa realização profissional, para a dedicação a um projeto de educação com o qual se vai identificando progressivamente. Este valor é relevante, por garantir ao professor aperfeiçoar, por revisão contínua, o seu trabalho e motivar-se para desafios progressivos ante o melhor conhecimento que vai tendo da Comunidade Educativa e seus desafios constantes.

- As faixas etárias predominantes têm constituído fator de renovação didática e pedagógica ao mesmo tempo que a qualificação académica tem constituído um fator de maturidade científica e de amadurecimento na seletividade de conteúdos e na hierarquização dos mesmos.
- O presente Projeto Educativo convoca para a reavaliação do conformismo, para o desafio do futuro, tomando como ponto de partida a continuidade conseguida. Importa introduzir fatores de motivação pessoal, de cooperação no trabalho, de avaliação de ações e estratégias, de antecipar o não conquistado ainda, de perceber que o professor não existe

em si e por si, mas, sobretudo, e em tudo, no aluno e pelo aluno e na sua progressão contínua.

241. Proximidade de residência – A grande maioria dos docentes reside em áreas relativamente próximas ao CDDS. Sendo aparentemente algo que se pode relativizar, crescem vantagens do ponto de vista da disponibilidade, da assiduidade e da articulação de horários de trabalho, mormente nas aulas de substituição. Por outro lado, os trabalhos do foro administrativo ou, até, os apoios educativos/salas de estudo, que ocorrem em horários pós-letivos, tornam-se menos problemáticos na sua resolução e programação, uma vez que a disponibilidade mais flexível dos docentes garante uma pluralidade de horários e articulações de trabalho mais fáceis.

242. Compromissos extralectivos – Muitos professores encontram-se, ainda, envolvidos na coordenação de atividades extracurriculares com os alunos, promovendo a complementaridade e pluralidade formativa mediante iniciativas que se repetem com novos alunos ou inovando com alunos que transitam de percursos extracurriculares já efetuados. Altera-se, aqui, a visão do professor, a interação com o aluno, produzida a um outro nível e com registo diferente, e concretiza-se a vontade de alargamento de saberes e partilha de conteúdos formativos.

- A existência de um número razoável de ações formativas extracurriculares tem suscitado uma adesão progressiva dos alunos e uma consciência maior para a necessidade dos docentes se motivarem para a realização de iniciativas de complemento formativo, quer para os alunos, quer para os Pais e Encarregados de Educação. O projeto Educativo problematiza e suscita o surgimento de formas de participação educativa extracurricular.

243. Corpo não docente atencioso e diligente

244. A maioria do corpo não docente faz parte do quadro de pessoal efetivo, o que aduz uma relação afetiva com o CDDS e com os alunos ao longo do currículo. O conhecimento continuado dos alunos no seu setor de trabalho ao longo dos ciclos permite uma melhor interação e um cuidado preventivo de situações conflituosas ou ações inesperadas que afetem de modo desvantajoso, o conjunto dos alunos. O profissionalismo, próximo e familiar, com que interagem com os alunos transforma-os, frequentemente, em conselheiros ou referências modelares, construindo com os alunos relações de proximidade, amizade e respeito que se consolidam por décadas futuras.

- As habilitações que possuem, na globalidade, são ajustadas aos cargos que desempenham e é possível afirmar que, genericamente, a imagem que a Comunidade Educativa e os Pais e Encarregados de Educação possuem deles é de um corpo solícito, atento, generoso, disponível, presente, cumpridor e cooperador.
- As faixas etárias em que se integram atribuem-lhes maturidade e consciência profissional exemplares, sendo todo o seu trabalho, do mais exposto ao mais discreto, do mais simples ao mais exigente, reconhecido por toda a Comunidade Educativa.

245. Pais e Encarregados de Educação interessados e participativos:

- **Quadro plural**

O quadro de Pais e Encarregados de Educação resulta, por sucessão de gerações, de antigos alunos, de profissionais de ramos diversos que se identificam com o projeto

Educativo do CDDS, de pais que buscam uma educação e formação complementar baseada nos princípios e valores da cultura cristã, de famílias que pretendem uma garantia sólida de segurança escolar, de pais que cultivam e pretendem transmitir aos descendentes uma metodologia de trabalho assente no rigor e exigência, de pais que necessitam do acolhimento proporcionado pelos horários letivos e de complemento letivo pelo CDDS, de encarregados de educação que anteveem, na qualidade da oferta educativa do CDDS, uma garantia de fiabilidade e competência na preparação para a frequência do ensino superior.

- **Habilitações**

Curiosamente, tem crescido o número dos Pais e Encarregados de Educação que possuem habilitações superiores e que se situam em faixas etárias mais novas, o que acentua a importância dada à qualificação da formação para o acesso ao ensino superior e à visão multifacetada, cívica e integral da formação que pretendem para os seus educandos.

- **Motivações de opção pelo CDDS**

Alguns aspetos singulares, no entanto, têm justificado a continuidade da opção dos Pais e Encarregados de Educação pelo CDDS, mormente os que estão ligados à satisfação das expectativas que criaram relativamente a ele.

- **Visitas diárias**

A entrada no CDDS está continuamente franqueada aos Pais e Encarregados de Educação, quer para prestação de informações relativamente ao seu educando, quer para o transporte dos alunos, quer para conhecimento dos espaços e modo de funcionamento do CDDS, quer para partilha de inquietações e alegrias educativas com os demais Pais e Encarregados de Educação que frequentam os mesmos espaços e têm horários similares.

- **Partilha educativa**

O conhecimento dos outros Pais e Encarregados de Educação e a partilha educativa constituem uma forma de divulgação e adesão maior ao Ideário Educativo do CDDS, fator de motivação e encorajamento nos momentos incertos e celebração conjunta pelos êxitos educativos dos educandos.

- **Confiança na qualidade educativa**

A ordem, civismo, organização e bom funcionamento do CDDS introduz, na avaliação educativa por parte dos pais e Encarregados de Educação, a confiança na qualidade educativa no CDDS relativamente ao bom acolhimento dos filhos, à qualidade da educação prestada, à sua qualificação futura como cidadão e contribui para o reconhecimento do bom investimento educativo efetuado em favor dos filhos.

- **Serviço à família**

A irregularidade de horários de trabalho, a multiplicidade de tarefas e compromissos profissionais que envolvem os Pais e Encarregados de Educação e a falta de sintonia com os horários dos filhos tem contribuído para que eles reconheçam as vantagens dos

serviços de apoio ao estudo dos filhos, do serviço de refeições, das atividades extracurriculares e dos horários letivos do CDDS como favoráveis à boa coordenação da vida familiar, permitindo que filhos com frequência de ciclos diferentes frequentem a mesma instituição de ensino.

- **Acolhimento pré e pós-letivo**

Disponibiliza o CDDS um conjunto de atividades extracurriculares, sala de estudo e estudo acompanhado, que proporcionam aos alunos o acolhimento logo no início do dia e a continuação do seu acolhimento na parte final do dia. Este fator garante aos pais e encarregados de educação o apoio e segurança dos seus filhos até ao termo do tempo dos seus encargos profissionais.

- **Transporte escolar**

Os alunos de origem mais distante têm disponível serviço de transporte desde a sua proveniência até ao CDDS e viagem de regresso. Este recurso tem proporcionado a muitos encarregados de educação, de origens diversas, a escolha do CDDS como opção educativa para os seus educandos.

- **Contactos com os Pais e Encarregados de Educação**

Os contactos regulares e de urgência com os Pais e Encarregados de Educação, acerca de faltas dos alunos, progressão educativa, problemas de integração e de desempenho disciplinar, saúde ou outros, são efetuados de modo personalizado com os pais através de correio diário, telefone, correio eletrónico ou pela mediação do seu educando.

Daqui resulta um contato rápido, eficaz, que permite que os problemas se dirimam em período breve, que o conhecimento seja rápido e a intervenção dos pais junto dos filhos seja imediata. Estas formas de proximidade têm sido crescentemente valorizadas pelos Pais e Encarregados de Educação e pelo CDDS, pelos impactos produtivos que têm desencadeado.

- **Perspetivas de futuro**

O posicionamento educativo dos Pais e Encarregados de Educação tem sido o de recetores e consumidores educativos, em todo o bom sentido. Acresce que, avaliando as habilitações dos Pais e Encarregados de Educação e as experiências profissionais dos mesmos, pode considerar-se a organização de permutas educativas com os mesmos, enquadramentos e integrações educativas inovadoras, de forma progressiva, na formação e educação dos filhos.

O presente projeto Educativo considera novas formas possíveis de integração e incorporação dos Pais e Encarregados de Educação na formação dos filhos.

- **Parceiros Educativos e colaboradores**

As alterações nos processos educativos têm introduzido a consciência de que a parceria educativa, em contributos múltiplos, transporta para o interior do CDDS referentes, experiências e prestações formativas relevantes pela abertura que proporcionam da escola à sociedade. O CDDS dispõe de um grupo restrito de parceiros educativos, mas mantém relações de boa cooperação com colaboradores ocasionais que, ao longo do ano letivo, favorecem ações, facilitam escolhas, resolvem impasses e colaboram na boa

consecução de toda a atividade educativa realizada no interior e no exterior do espaço do CDDS. As experiências dos últimos anos têm vindo a demonstrar a importância que as instituições, as empresas, os serviços têm desempenhado na cooperação educativa.

Quadro 4 - Parceiros educativos e colaboradores ocasionais

Parceiro e colaboradores	Especificação
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Cambridge Assessment English</i> ▪ <i>Cambridge ESOL / Knightsbridge Examinations & Training Centre</i> ▪ <i>Alliance Française</i> ▪ <i>Goethe Institut</i> ▪ <i>Instituto Cervantes</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Certificação da aprendizagem da Língua Inglesa Certificação da aprendizagem da Língua Francesa Certificação da aprendizagem da Língua Alemã Certificação da aprendizagem da Língua Espanhola
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Escola Inglesa</i> ▪ <i>Instituto Confúcio da Universidade do Minho</i> ▪ <i>Câmara Municipal de Braga</i> ▪ <i>Centro de Saúde de Infias</i> ▪ <i>Biblioteca Municipal Lúcio Craveiro da Silva</i> ▪ <i>Quartel do Regimento de Cavalaria</i> ▪ <i>Bombeiros Voluntários de Braga</i> ▪ <i>Polícia de Segurança Pública</i> ▪ <i>Empresas de transportes TUB</i> ▪ <i>Universidade Católica de Braga</i> ▪ <i>Museus D. Diogo de Sousa e outros</i> ▪ <i>Associação de Escolas Braga/Sul</i> ▪ <i>Hospital de Braga</i> ▪ <i>Universidade do Minho</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Cursos intensivos de verão em países de língua inglesa Aprendizagem de Mandarim
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Agência Nacional</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Erasmus + K2 – Dinamarca, Espanha, Finlândia. Itália e Portugal.

39. Divulgação do Projeto Educativo e Documentos Orientadores e Reguladores

246. A divulgação do Projeto Educativo é essencial para o bom conhecimento de todas as estratégias educativas e ações que organizam a vida da Comunidade Educativa e para a interação dos intervenientes no processo educativo. Para a boa divulgação, convencionou-se que a mesma deve ser ajustada à natureza de cada interveniente no Projeto Educativo.

247. Procurar-se-á, também, que o acesso continuado ao PE possa ser efetuado de forma fácil, sobretudo nos espaços em que a sua consulta se torna indispensável, como as salas dos professores, salas de apoio aos professores e de atendimento, secretaria e salas de reunião de grupos disciplinares, departamentos e conselhos escolares.

248. Será facultado aos Pais e Encarregados de Educação o acesso à leitura e consulta dos IE, PE, PCE, RI e Preçário, disponíveis na Secretaria do CDDS, sempre que solicitados para a sua consulta ou esclarecimento.

Quadro 5 - Divulgação e conhecimento dos Documentos Orientadores e Reguladores: IE, PE, PCE e RI

Divulgação e conhecimento
<p>Docentes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião Geral de Docentes, convocada para o efeito: <ul style="list-style-type: none"> ○ Grandes linhas educativas e pedagógicas do Ideário Educativo; ○ Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica; ○ Objetivos gerais do Projeto Educativo, do Projeto Curricular de Escola e Regulamento Interno. ▪ Reuniões dos Grupos e Áreas Disciplinares: <ul style="list-style-type: none"> ○ Análise geral sobre as linhas gerais do Projeto Educativo; ○ Implicações programáticas, didáticas, pedagógicas, educativas e formativas do Projeto Educativo;

- Definição das metas educativas e formativas do Grupo Disciplinar, em coerência com o Projeto Educativo;
 - Plano Anual de Atividades do grupo disciplinar, em função do Projeto Educativo;
 - Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica;
 - Objetivos gerais e estratégicos do Projeto Educativo;
 - Modelos de avaliação contínua do Projeto Educativo no Grupo Disciplinar;
 - Avaliação intermédia do Projeto Educativo.
- **Reuniões dos Conselhos de Turma:**
 - Adequação do Plano de Atividades de Turma ao Projeto Educativo e ao Projeto Curricular de Escola;
 - Modelos de avaliação e de gestão de informação sobre a implementação do Projeto Educativo;
 - Modelos de avaliação contínua do Projeto Educativo;
 - Avaliação intermédia do Projeto Educativo.

Alunos

- **Reunião Geral de Alunos:**
 - Grandes linhas educativas e pedagógicas do Ideário Educativo;
 - Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica;
 - Objetivos Gerais do Projeto Educativo.
- **Reunião com o Professor Titular de Turma/Diretor de Turma**
 - Critérios Gerais de Avaliação;
 - Regulamento Interno.
- **Reuniões com Professores**
 - Critérios Específicos de Avaliação.

Pais e Encarregados de Educação

- **Reuniões de Pais e Encarregados de Educação:**
 - Grandes linhas educativas e pedagógicas do Ideário Educativo;
 - Compromissos educativos e formativos propostos na Matriz Educativa e Pedagógica;
 - Objetivos gerais do Projeto Educativo.
- **Disponibilização dos Documentos Orientadores e Reguladores na Secretaria do CDDS**
 - Disponibilização, a partir do início do ano letivo.

F. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

249. A avaliação do PE constitui um processo de retroação e regulação do processo educativo, em momentos calendarizados, no sentido de aferir o êxito das ações, medidas e estratégias contempladas no plano estratégico.

250. A avaliação do Projeto Educativo é, neste sentido, um instrumento de promoção da qualidade e eficácia educativa, um recurso de reflexão sobre a organização da estrutura educativa, dinamizador das boas práticas pedagógicas e da melhoria dos resultados.

251. Por ela será possível regular a ação educativa, aperfeiçoar o Projeto Educativo, mobilizar a Comunidade Educativa, qualificar a especialização dos intervenientes no processo de avaliação e concluir acerca do plano de divulgação, informação e comunicação do Projeto Educativo.

Quadro 6 - Avaliação do Projeto Educativo

1. Modelos de Avaliação

- **Avaliação formativa do processo** – A avaliação formativa acompanhará e monitorizará, de modo permanente, as estratégias e atividades realizadas através da recolha e tratamento de dados relativos à execução e desempenho do projeto, assumindo caráter descritivo, qualitativo, sistemático e contínuo:
 - Cumprimento da programação de cada uma das atividades;
 - Recursos utilizados;

<ul style="list-style-type: none"> ○ Cumprimento da calendarização; ○ Participação dos intervenientes; ○ Metas alcançadas. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação sumativa dos resultados – A avaliação sumativa será implementada no final dos diferentes ciclos do processo, de forma a qualificar o produto. Ela corresponde a um balanço final e a uma visão de conjunto do caminho percorrido, confrontando o produto obtido com os objetivos e metas propostos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Elenco e mensuração dos resultados alcançados; ○ Elenco das metas e estratégias não conseguidas; ○ Elenco dos efeitos não esperados. 		
2. Critérios, objetivos e formulações a ponderar na avaliação		
Critérios	Objetivos	Formulações
1. Relevância	<ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliar em que nível os objetivos estabelecidos contribuem para resolver as dificuldades identificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Quais são as dificuldades que se colocam no contexto do funcionamento e objetivos da escola? ○ Os objetivos definidos contribuem para resolver as dificuldades identificadas? ○ Que valor acrescentado traz o Projeto Educativo ao CDDS?
2. Coerência	<ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliar se os objetivos são coerentes com os recursos e se estes são suficientes para fazer face aos objetivos e ao calendário. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Os objetivos estão bem hierarquizados? ○ Os meios são proporcionais ao projeto? ○ O tempo calendarizado é suficiente?
3. Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliar se os resultados ou metas previstas foram atingidos, quais os desvios ou insucessos e sua justificação. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Os objetivos estratégicos foram alcançados? ○ Que desvios se verificaram e porquê? ○ Os desvios comprometem o objetivo central?
4. Impacto	<ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliar o nível de cumprimento dos objetivos centrais do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Os objetivos estratégicos foram alcançados? ○ Quais as alterações produzidas pelo Projeto Educativo? ○ Quais os principais beneficiários do projeto?
5. Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliar a relação entre investimentos materiais e humanos e os resultados obtidos. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Será possível obter os mesmos resultados com maior contenção de recursos?
3. Objetivos da avaliação e indicadores		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Clareza das metas definidas; ○ Acolhimento e motivação dos intervenientes; ○ Qualificação das ações; ○ Qualificação das interações individuais e dos grupos; ○ Integração e incorporação de recursos; ○ Clareza e necessidade de instruções e orientações. ▪ Conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Atualidade; ○ Adequação à Comunidade Educativa; ○ Qualidade da informação; ○ Níveis de comunicação. 		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mensuração qualitativa e quantitativa de resultados: alcançados e não atingidos; ○ Qualidade dos produtos alcançados; ○ Integração do produto e das renovações conseguidas na vida da CE. ▪ Função <ul style="list-style-type: none"> ○ Alterações funcionais produzidas na CE; ○ Melhorias detetadas na organização e funcionamento da CE; ○ Inovações vantajosas reconhecidas no processo de ensino-aprendizagem; ○ Níveis de participação e ação. 		
4. Procedimentos		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição e elaboração dos instrumentos - Elaboração de instrumentos de análise da informação disponível (grelhas de análise do Projeto Educativo, indicadores de referência sobre os resultados obtidos, tratamentos estatísticos, listagem de problemas, obstáculos, recursos disponíveis, questionários, análise de documentos, observação direta). 		

- **Recolha e utilização dos instrumentos de análise** - Recolha de dados e utilização dos instrumentos, aplicando-os aos elementos da informação recolhida, e seu tratamento (elaboração de gráficos de evolução, estatísticas, tabelas).
- **Acompanhamento e monitorização** – Disponibilização dos dados e seu tratamento para que a Comunidade Educativa tome conhecimento da evolução do projeto Educativo.

5. Intervenientes

- A avaliação do Projeto Educativo inicia-se com a constituição, por parte da Direção, de um **Grupo de Reflexão e Análise do Projeto Educativo** existente e das necessidades de atualização legal, normativa, pedagógica, didática, de adequação social à Comunidade Educativa e atenção à evolução dos tempos, da sociedade e do saber científico, humanístico e tecnológico.
- Num segundo nível, a documentação de reflexão produzida pelo Grupo de reflexão e Análise do Projeto educativo será disponibilizada aos diferentes **grupos de gestão e administração pedagógica** para que ao nível dos departamentos e conselhos sejam recolhidas sugestões, recomendações, indicações e propostas a organizar e sistematizar.
- Entendida na sua globalidade, a implementação do projeto educativo envolverá a consulta à **Comunidade Educativa, aos parceiros**, a todos eles sendo reconhecido o contributo a prestar, no grau de intervenção a disponibilizar-lhes.
- O Grupo de Reflexão e Análise do Projeto Educativo, após estruturação da proposta, entregará à Direção o documento final a ser refletido, analisado e aprovado pelo **Conselho Pedagógico**, que o remeterá ao **Diretor Pedagógico** para homologação, publicação e divulgação.

IV. PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

O Projeto Curricular de Escola, em coerência com o Projeto Educativo, define e operacionaliza as estratégias de desenvolvimento e concretização do Currículo Nacional, de modo a ajustá-lo ao contexto educativo do CDDS, segundo os princípios da autonomia e flexibilidade curricular. Este processo é especificado e adequado a cada turma mediante os Planos de Atividades de Turma, que tomam o Projeto Curricular de Escola como referência para a sua planificação, estruturação, organização e desenvolvimento. O propósito central do Projeto Curricular de Escola é introduzir, na organização e prática educativas, uma ampla conceção de currículo, não restrita às diretivas e normativas que estruturam legalmente o currículo nacional, mas, partindo das bases estruturantes desse mesmo currículo, integrar fatores de flexibilização, versatilidade e contextualização, adequando o mesmo currículo aos ambientes educativos concretos onde ele é operacionalizado, de forma que, por esta adequação, estejam mais solidamente garantidos a exequibilidade, viabilidade e o êxito do Currículo Nacional.

Todo o processo de contextualização e adequação do Currículo Nacional deve ser convenientemente pensado, analisado e planificado de forma coerente com os princípios educativos e os objetivos estratégicos consignados no Projeto Educativo. É da natureza dessa coerência que ela se produza de forma contínua, conformando a avaliação do Projeto Curricular de Escola à avaliação do Projeto Educativo de Escola. Nessa avaliação, articular-se-ão sempre dois princípios estruturantes: a integração e articulação simultânea do Currículo Nacional com o Projeto Educativo, que definem os vetores da contextualização educativa, e a articulação das exigências do Currículo Nacional com as exigências concretas da Comunidade Educativa. Desta articulação resulta a coerência do Projeto Curricular de Escola com o Currículo Nacional.

A contextualização educativa no Projeto Curricular perseguirá, pois, três grandes vetores em simultâneo: a conformação aos princípios orientadores do currículo nacional, agora incluindo os normativos recentes da Autonomia e Flexibilidade Curricular, das Aprendizagens Essenciais e da Educação para a Cidadania e Desenvolvimento; a coerência com os princípios e filosofia educativos do CDDS, expressos no Projeto Educativo e a adequação à demanda educativa específica da Comunidade Educativa, segundo os grandes princípios da autonomia educativa e da flexibilidade curricular.

A. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

252. O Projeto Educativo definiu os princípios orientadores da filosofia educativa do CDDS. A articulação desses princípios com as bases de orientação do Projeto Curricular deverá estabelecer-se num quadro de legalidade que salvguarde a implementação e conformidade com as normativas legais, sobre as quais se estrutura o currículo nacional. Importa, por isso, sintetizar os princípios orientadores deste Projeto Curricular de Escola.
253. O diploma que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário apresenta o currículo como o instrumento que deverá promover, como grande finalidade, garantir a todos os alunos, independentemente da oferta educativa e formativa que frequentam, alcançar as competências definidas no PASEO, através da adoção de compromissos coletivos e individuais, assentes em bases da gradação, progressão, cooperação e autonomia. Deste modo, a conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens do currículo deverá enraizar-se nos princípios orientadores, com propósitos distintos, que poderão organizar-se em cinco categorias: sucesso educativo; autonomia curricular; intervenientes educativos, cidadania e desenvolvimento de uma identidade local, nacional e global; avaliação das aprendizagens.

40. Princípios Orientadores e Integradores do PCE e Propósitos Educativos

Quadro 7 -Princípios orientadores e integradores do PCE

Princípios Orientadores	Propósitos Educativos
Sucesso educativo	
<ul style="list-style-type: none">▪ Garantir a qualidade de ensino - O Projeto Curricular de Escola estrutura-se, de forma contextualizada, com a demanda da Comunidade Educativa, no intuito de proporcionar e acionar a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, valorizando as diretivas da abordagem multinível, da adequação da matriz curricular, do carácter formativo da avaliação, no propósito de garantir a todos os alunos a aquisição dos conhecimentos, o desenvolvimento das competências, atitudes e valores consignados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar que todos os alunos conseguem adquirir os conhecimentos e desenvolver as competências, atitudes e valores previstos no PASEO.
<ul style="list-style-type: none">▪ Garantir um ensino inclusivo - As opções de implementação prática do Projeto Curricular intentarão a persecução e promoção maior de igualdade educativa, ajustando a flexibilidade, inovação e contextualização à harmonização da heterogeneidade e homogeneidade parcial dos alunos, superando as dificuldades identificadas na Comunidade Educativa no acesso à plenitude do currículo e das aprendizagens, através da aplicação de abordagens multinível universais, seletivas e adicionais, que garantam o nível máximo de inclusão possível. Assumir-se-á que todos os alunos têm direito a uma aprendizagem igual em todas as áreas de estudo.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar uma resposta educativa e pedagógica adequada à heterogeneidade dos alunos, eliminando obstáculos e estereótipos de acesso ao currículo e às aprendizagens, adequando-as ao perfil dos alunos.

Princípios Orientadores	Propósitos Educativos
Autonomia curricular	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar a autonomia curricular de modo efetivo – A organização e estruturação do Projeto Curricular constitui uma proposta de exercício efetivo de autonomia curricular, pelo que se identificarão e selecionarão as opções curriculares mais eficazes ajustada ao quadro da Comunidade Educativa, às diretivas do Projeto Educativo e aos demais instrumentos e valores estruturantes da escola, exarados no IE. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar à escola a conceção de respostas adequadas mais próximas aos reais problemas de educação, ensino e aprendizagem da Comunidade educativa, identificando opções curriculares eficazes e em consonância com a especificidade do PE e outros instrumentos estruturantes da escola (IE).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular os níveis de ensino – A gestão articulada dos ciclos do Ensino Básico com o Ensino Secundário será contextualizada ao nível dos conteúdos programáticos, de forma a proporcionar e garantir, com solidez, os requisitos educativos prévios necessários aos ciclos seguintes; será implementada ao nível das áreas disciplinares estruturantes, em função das opções de saída futuras perspetivadas pela comunidade educativa; será adequada ao nível das metodologias, estratégias e opções pedagógicas e didáticas, salvaguardando o desenvolvimento etário e mental dos alunos; será ajustada de forma a garantir a melhor articulação e sequencialidade progressiva do currículo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar a articulação educativa e curricular vertical, garantindo a sequencialidade bem sustentada, a progressão consolidada e os requisitos prévios fundamentais que garantam o êxito educativo ao longo do desenvolvimento curricular.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar a gestão e leçãoção interdisciplinar e transdisciplinar – A articulação do currículo terá como centro o desenvolvimento de projetos que aglutinem e integrem aprendizagens de diferentes áreas disciplinares, planeados, realizados e avaliados pelo conselho de turma ou âmbito maior de abrangência de implementação, que traduzam visões multidisciplinares da vida, do mundo, da sociedade e do conhecimento. Dar-se-á, por isso, valor à transdisciplinaridade das aprendizagens e das diversas literacias, às múltiplas competências teóricas, práticas e experimentais, de sorte que se promova o espírito científico, a curiosidade intelectual, o espírito crítico e o trabalho colaborativo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de projetos e ações aglutinadoras de aprendizagens das diferentes disciplinas, planeados, realizados e avaliados pelo conjunto dos professores de cada Conselho de turma ou de cada ano de escolaridade.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Flexibilidade contextualizada na gestão do currículo – A conceção da flexibilidade concederá às opções curriculares a leitura apropriada das verdadeiras e genuínas características e necessidades autênticas da Comunidade educativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilizar e orientar os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelem mais adequados para que todos os alunos alcancem o PASEO.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do ensino secundário - Valorização da identidade do ensino secundário que permite a consecução da escolaridade obrigatória enquanto nível de ensino que oferece aos alunos diferentes vias de saída profissional e realização pessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a consecução da escolaridade obrigatória, a inserção no mundo do trabalho e o prosseguimento qualificado de estudos superiores de todos os alunos, de acordo com as suas opções pessoais futuras.

Princípios Orientadores	Propósitos Educativos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir um currículo integrador – Perseguir-se-á o objetivo de conseguir a integração de todas as iniciativas, atividades e projetos educativos parcelares num único esforço educativo coerente, dirigido à consecução das aprendizagens e competências de modo unificado, estruturado e sistematizado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assumir o currículo enquanto instrumento de promoção da aprendizagem e de desenvolvimento de competências pelos alunos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizar com flexibilidade – O modo de organização dos alunos e do trabalho a desenvolver na gestão do currículo recorrerá a metodologias de flexibilidade, a abordagens e procedimentos que se revelem como os mais adequados, eficazes e apropriados ao desenvolvimento dos alunos e à sua capacitação maior para atingirem o Perfil dos Alunos à saída da escolaridade Obrigatória. Proporcionar-se-á, também, aos alunos a possibilidade de reorientação escolar nos ciclos e níveis de ensino em que existam diversas ofertas educativas e formativas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na articulação horizontal das aprendizagens conseguidas a partir do trabalho do Conselho de turma e/ou das equipas educativas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enriquecer o currículo – Assumir-se-á a integração de projetos e atividades desenvolvidos na comunidade escolar como parte integrante do currículo. Enriquecer-se-á o mesmo currículo com a Oferta Complementar, através da incorporação de novas disciplinas no ensino básico, mormente na área das Línguas Estrangeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir-se-á na importância das línguas estrangeiras como instrumentos de pesquisa, de facilitação da integração profissional futura e de promoção da cidadania.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilizar apoios à aprendizagem – Dinamizar-se-ão os diferentes apoios à aprendizagem existentes e diligenciar-se-á por que todos recuperem, consolidem e desenvolvem competências. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar-se-ão recursos de apoios à aprendizagem como base de qualificação da mesma, em processos de recuperação, consolidação e desenvolvimento.
Intervenientes	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar o papel educativo dos docentes – Assumir-se-á a função e papel educativo dos docentes, não como reprodutores meros de conhecimentos, mas como intervenientes determinantes no desenvolvimento do currículo: na avaliação das opções de adequação curricular, na reflexão sobre as opções a tomar e rever, nas condições ajustadas à sua exequibilidade e na contextualização à comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Confiar e atribuir autonomia aos professores para assumirem um papel fundamental na avaliação, na reflexão sobre as opções a tomar, na sua exequibilidade e adequação aos contextos da comunidade escolar.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolver os encarregados de educação – Os encarregados de educação serão convocados para uma atitude proativa na identificação e colaboração extensiva e intensiva com as opções curriculares da escola: mediante informação detalhada sobre os seus princípios orientadores, ações educativas específicas a implementar, cooperação mediante acompanhamento contínuo e personalizado das iniciativas, dos resultados, das reformulações e das avaliações, e apresentação de sugestões pertinentes, apropriadas e viáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assumir a coautoria curricular e a responsabilidade partilhada das opções, seu desenvolvimento e resultados.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilizar e comprometer os agentes educativos - Mobilização dos agentes educativos para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos. 	

Princípios Orientadores	Propósitos Educativos
Cidadania e desenvolvimento de uma identidade	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar a língua e cultura portuguesa – A língua portuguesa, como plataforma de pensamento, comunicação e de identidade individual e coletiva, será assumida como valor singular e transversal, pois é por ela que todas as aprendizagens se veiculam e assimilam, que o pensamento se desenvolve e que toda a comunicação se exprime. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a identidade local, nacional, global e multicultural.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização das Línguas Estrangeiras – O conhecimento e domínio aproxima os sujeitos educativos do sentido cada vez mais global que se infere hoje dos fenómenos da globalização e mobilidade e da integração dos povos. 	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização da diversidade linguística – A identidade global dos sujeitos educativos é bem mais larga e ampla do que a que advém da geografia de origem, pois, à identidade familiar e nacional, se acrescenta, hoje, a identidade dos valores, da cultura, das mentalidades e das causas universais. As línguas serão assumidas como base da identidade global e multicultural que constrói facilidades de comunicação para acesso à informação, ao saber e à tecnologia. 	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar as artes, as ciências e as tecnologias – As artes, ciências, tecnologias, desporto e humanidades serão assumidas como estruturantes da matriz curricular das diversas ofertas educativas e formativas, seja de forma integrada, seja de forma autónoma. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o desenvolvimento integral do aluno, através da disponibilidade de formação em componentes estruturantes da cultura, tecnologia e conhecimento.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a educação para a cidadania – O desenvolvimento pessoal, interpessoal, de intervenção social e de integração social, tomar-se-á como requisito de educação obrigatória ao longo de toda a escolaridade, adaptado à faixa etária dos alunos, à sua capacidade de reflexão sobre os temas, ao seu desenvolvimento crítico e à sua sensibilidade e maturidade humanas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar uma disciplina nos 2.º e 3.º ciclos e uma área transdisciplinar no 1.º ciclo, e elegendo uma fórmula de educação para a cidadania no ensino secundário, ajustada ao perfil da Comunidade Educativa e à faixa etária dos alunos.

Princípios Orientadores	Propósitos Educativos
Avaliação das aprendizagens	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar para progredir – Assumir-se-á o processo de avaliação das aprendizagens e do currículo como parte integrante do processo de qualificação global da gestão educativa e do currículo, de modo a garantir a melhoria progressiva dos mesmos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar-se-ão os processos de avaliação das opções, da gestão e seus resultados, como forma de identificação de correções, reformulações e descoberta de melhores soluções e adequações.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação externa - Promoção da capacidade reguladora dos instrumentos de avaliação externa ▪ Avaliação externa e interna - Valorização da complementaridade entre os processos de avaliação interna e externa das aprendizagens. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar uma intervenção atempada e rigorosa, sustentada pela informação decorrente do processo de aferição, no sentido de superar dificuldades nos diferentes domínios curriculares e, simultaneamente, valorizar a complementaridade da avaliação externa para efeitos de certificação e prosseguimento de estudos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entidades externas na avaliação - Valorização da complementaridade da avaliação externa e de outras modalidades específicas de avaliação que convoquem entidades externas, para efeitos de certificação e prosseguimento de estudos no final do ensino básico e do ensino secundário. 	

41. Possibilidades da Autonomia e Flexibilidade Curricular e Princípios de Atuação

254. Em função dos princípios orientadores e integradores do ensino e da aprendizagem, foram definidos os seguintes princípios de atuação e implementação das opções curriculares, ou seja, as diferentes possibilidades selecionadas de organização e gestão do currículo do CDDs, no contexto da comunidade educativa, decorrentes da apropriação do currículo, no exercício da autonomia e flexibilidade, orientadas para a consecução das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória:

Quadro 8 - Autonomia e Flexibilidade Curricular e Princípios de atuação

	Princípios de atuação (Opções Curriculares)	Possibilidades da AFC
1. Currículo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agregação de domínios do saber, atitudes e áreas de competências. ▪ Currículo enquanto ferramenta de promoção do sucesso escolar para todos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Currículo integrado, que agregue todas as atividades e projetos da escola, assumindo-os como fonte de aprendizagem e de desenvolvimento de competências pelos alunos (art.º 4). ▪ Gestão do currículo, de forma flexível e contextualizada, integrando estratégias para promover melhores aprendizagens em contextos específicos e perante as necessidades de diferentes alunos.
2. Gramática escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambientes educativos inovadores, ajustados às experiências educativas. ▪ Flexibilização dos tempos escolares, em consonância com o PE. ▪ Alunos agrupados de acordo com as suas necessidades, ritmos de aprendizagem e projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alternância, ao longo do ano letivo, de períodos de funcionamento disciplinar com períodos de funcionamento multidisciplinar, em trabalho cooperativo (art.º 19). ▪ Desdobramento de turmas (art.º 19). ▪ Redistribuição da carga horária das disciplinas, promovendo tempos de trabalho de projeto interdisciplinar, com partilha de horário entre diferentes disciplinas. ▪ Fusão parcial de disciplinas ou saberes disciplinares.
3. Lideranças	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lideranças esclarecidas, motivadoras e transformacionais, capazes de fomentar o 	

	Princípios de atuação (Opções Curriculares)	Possibilidades da AFC
	profissionalismo colaborativo e a adaptação aos processos de inovação e desafios educativos.	
4. Papel do professor	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração em equipas educativas. ▪ Coautor de situações de aprendizagem múltiplas, desafiadoras e integradoras. ▪ Configurador do currículo. ▪ Trabalho colaborativo ▪ Compromissos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agente de desenvolvimento curricular. ▪ Coautoria e responsabilidade partilhada. ▪ Medidor de aprendizagens transversais e específicas.
5. Papel do aluno	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro do processo de ensino-aprendizagem. ▪ Autor das suas próprias aprendizagens. ▪ Corresponsável pelo seu percurso formativo e projeto de vida. ▪ Cidadão ativo, interventivo, responsável e crítico. 	
6. Práticas pedagógicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia individual em função do aluno real. ▪ Lógica interdisciplinar e transdisciplinar. ▪ Metodologias promotoras de aprendizagens ativas. ▪ Diversificação de estratégias, metodologias e tarefas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articulação horizontal do currículo. ▪ Desenvolvimento de atividades cooperativas e colaborativas de aprendizagem. ▪ Utilização crítica de fontes de informação e uso preferencial das tecnologias de informação e comunicação. ▪ Criação de ambientes estimulantes e potenciadores do desenvolvimento da curiosidade intelectual. ▪ Desenvolvimento de competências de nível elevado, incidindo em atividades de pesquisa, avaliação, reflexão e mobilização crítica e autónoma da informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima dos alunos.
7. Sucesso escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alcançado por todos os alunos. 	
8. Escola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Flexível. ▪ Inclusiva, sensível às diversidades, aos contextos, ao aluno real. ▪ Promotora do rigor e exigência nas aprendizagens. ▪ Mobiliza dispositivos de monitorização e de compreensão das situações educativas. ▪ Diferenciação positiva e inclusiva através da diversificação e individualização de experiências de ensino-aprendizagem. ▪ Ambiente positivo favorável à aprendizagem. ▪ Aberta à comunidade. ▪ Inovadora. ▪ Comprometida com as tecnologias digitais. ▪ Promotora de uma educação baseada em valores estruturantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola inclusiva, cuja diversidade, flexibilidade, inovação e personalização respondem à heterogeneidade dos alunos, eliminando obstáculos de acesso ao currículo e às aprendizagens, adequando estas ao perfil dos alunos. ▪ Escola participada, isto é, que deve assegurar a participação informada dos alunos, pais e encarregados de educação.
9. Aprendizagens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprendizagens multidisciplinares e transdisciplinares. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da natureza transdisciplinar das aprendizagens. ▪ Criação de uma área transdisciplinar, Cidadania e desenvolvimento.
10. Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Primado da avaliação formativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação enquanto parte integrante do ensino e da

	Princípios de atuação (Opções Curriculares)	Possibilidades da AFC
	<ul style="list-style-type: none"> Adoção de estratégias preventivas. 	<ul style="list-style-type: none"> aprendizagem. Valorização das dimensões formativa e formadora da avaliação. Instrumentos de avaliação diversificados (art.º 22). Complementaridade entre a avaliação interna e externa. Participação de todos os atores no processo de avaliação.

42. Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO)

255. As mudanças operadas na sociedade a nível de valores, comunicação e conhecimento requerem uma resposta adequada da escola ao nível do modelo de ensino e currículo, sobretudo ao nível das literacias fundacionais (leitura, numeracia, digital, financeira, cultural e cívica), ao nível das competências (pensamento crítico/resolução de problemas, criatividade, comunicação, colaboração/participação) e ao nível do carácter (curiosidade, iniciativa, persistência, adaptabilidade, liderança, empreendedorismo e consciência social, humana e cultural). Por isso se estrutura o Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória.

Quadro 9 - Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO)

Elementos estruturantes	Definição	Operacionalização
1.Princípios	<ul style="list-style-type: none"> Justificam e dão sentido às ações relativas à gestão curricular desenvolvidas no seio da Escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Base humanista. Saber. Aprendizagem. Inclusão. Coerência e flexibilidade. Adaptabilidade e ousadia. Sustentabilidade. Estabilidade.
2. Visão do aluno	<ul style="list-style-type: none"> Decorre dos princípios, explicitando-se o que é esperado dos alunos, enquanto cidadãos, à saída da escolaridade obrigatória. Integra desígnios que se complementam e reforçam. 	<ul style="list-style-type: none"> Munidos de múltiplas literacias. Livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo. Capaz de liderar a mudança. Conhecedor da importância das Artes, das Humanidades, da Ciência e da tecnologia. Capaz de pensar crítica e autonomamente; criativo, colaborativo e com capacidades de comunicação. Apto para continuar a aprender ao longo da vida. Respeitador dos princípios fundamentais da sociedade democrática. Respeitador da dignidade humana e do exercício da cidadania plena. Capaz de rejeitar todas as formas de discriminação e de exclusão social. Firme na promoção e defesa da verdade, justiça, solidariedade e paz.
3. Valores	<ul style="list-style-type: none"> Entendidos como orientações segundo as quais determinadas crenças, comportamentos e ações são considerados adequados 	<ul style="list-style-type: none"> Responsabilidade e integridade. Excelência e exigência. Curiosidade, reflexão e inovação. Cidadania, participação e inclusão. Liberdade e autonomia.

Elementos estruturantes	Definição	Operacionalização
	e desejáveis.	
4. Áreas de competências	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agregam competências entendidas como combinações complexas de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, capacitando os alunos a investir permanentemente, ao longo da vida. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Linguagens e textos. ▪ Informação e comunicação. ▪ Raciocínio e resolução de problemas. ▪ Pensamento crítico e pensamento criativo e inovador. ▪ Relacionamento interpessoal. ▪ Desenvolvimento pessoal e autonomia. ▪ Bem-estar, saúde e ambiente. ▪ Sensibilidade estética e artística. ▪ Saber científico, técnico e tecnológico. ▪ Consciência e domínio do corpo.
Implicações práticas do PASEO		
5. Integração do currículo local	Abordagem dos conteúdos de cada área do saber, associando-os a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere, recorrendo a materiais e recursos diversificados.	
6. Experimentação e questionamento	Organização do ensino, prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados, promovendo intencionalmente, na sala de aula ou fora dela, atividades de observação, questionamento da realidade e integração de saberes.	
7. Multi, inter e transdisciplinaridade	Organização e desenvolvimento de atividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e troca de saberes, a tomada de consciência de si, dos outros e do meio e a realização de projetos intra ou extraescolares.	
8. Literacia da informação e literacia digital	Organização do ensino, prevendo a utilização crítica de fontes de informação diversas e das tecnologias de informação e comunicação.	
9. Resolução de problemas	Promoção, de modo sistemático e intencional, na sala de aula e fora dela, de atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores.	
10. Cidadania ativa	Criação, na escola, de espaços e de tempos para que os alunos intervenham livre e responsabilmente.	
11. Valorização da dimensão global da intervenção do aluno	Valorização, na avaliação das aprendizagens do aluno, do trabalho de livre iniciativa, incentivando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade.	

43. Aprendizagens e Opções Curriculares

256. A harmonização da prescrição nacional comum das políticas curriculares com a autonomia curricular da escola para a tomada de decisões curriculares contextualizadas, com relevo para o carácter menos prescritivo e mais orientador do currículo e a valorização do desenvolvimento de competências adequadas para dar resposta aos desafios, não optando tanto pela valorização do conhecimento fragmentado, **supõe a definição, disciplina a disciplina e ano a ano, do conjunto essencial de conteúdos, de capacidades e atitudes, com vista à consolidação das aprendizagens de forma efetiva**, ao desenvolvimento de competências que requerem mais tempo e à promoção de uma efetiva diferenciação pedagógica na sala de aula.

257. As Aprendizagens, definidas nas planificações específicas de cada área disciplinar, em que se identificam os conhecimentos a adquirir, os conhecimentos disciplinares estruturados indispensáveis, articulados conceptualmente, por serem relevantes e significativos, bem como as capacidades e atitudes a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos, tendo

por referência o ano de escolaridade ou de formação, constituem orientação curricular base para efeitos de planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem.

258. Em função do disposto no referido na legislação vigente, enunciada no Enquadramento Legal, estabelecem-se os critérios de operacionalização e avaliação das Aprendizagens no presente Projeto Curricular de Escola e o modo como se articularão o PASEO, as Aprendizagens e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC).

Quadro 10 - Operacionalização das Aprendizagens Essenciais

Operacionalização das Aprendizagens Essenciais	
Apresentação do racional específico da disciplina	Ideias organizadoras e conceitos nucleares de cada disciplina, por ano ou ciclo, explicitando a justificação curricular, os conceitos-chave que implica e os contributos gerais para o PASEO, para o ano de escolaridade em causa, articulado com os respetivos descritores.
Tradução das dimensões do PASEO nas Aprendizagens de cada disciplina/ano	Conjunto de descritores personalizados relativos a capacidades e atitudes a promover nos alunos, visando construir as competências prevista no PASEO.
Seleção por ano/área das Aprendizagens da disciplina	Racional da disciplina com os pressupostos curriculares e o racional geral do currículo, explicitando os conteúdos que o suportam.
Explicitações de ações de ensino associadas aos descritores do PASEO, articuladas com as Aprendizagens	Conjunto de exemplos possíveis de operacionalização nas diferentes disciplinas para que o aluno se aproprie das Aprendizagens.
Avaliação das aprendizagens	
Interna	A avaliação do aluno depende das aprendizagens realizadas, decorrentes da articulação entre a base comum de referência e o aprofundamento de outros conteúdos e temas, em consonância com as áreas das competências inscritas no PASEO.
Externa	A avaliação externa das aprendizagens tem como referencial-base as AE. As provas e os exames realizados no âmbito da avaliação externa devem, ainda, contemplar a avaliação da capacidade de mobilização e de integração dos saberes disciplinares, com especial enfoque nas áreas das competências inscritas no PASEO.
Articulação entre PASEO, Aprendizagens e ENEC	
Perfil do aluno (PASEO)	Os princípios, as áreas de competências e os valores definidos contribuem para a formação do indivíduo enquanto cidadão ativo.
Aprendizagens Essenciais	Os conhecimentos, as capacidades e as atitudes elencados concorrem para o desenvolvimento das competências inscritas no PASEO.
Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)	A componente de Cidadania e desenvolvimento deverá assumir-se enquanto espaço curricular privilegiado para: <ul style="list-style-type: none"> - a realização de aprendizagens através da participação plural e responsável de todos na construção de si como cidadãos e de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos Direitos Humanos; - o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural.

44. Opções curriculares a priorizar e concretizações de opções

259. Em consonância com o PASEO, no desenvolvimento do planeamento curricular, estabelecem-se as prioridades na implementação das opções curriculares.

Quadro 11 - Planeamento Curricular

Prioridades do planeamento curricular	
1.Valorização de áreas do saber	<ul style="list-style-type: none"> Artes, ciências, desporto, humanidades, tecnologias de informação e comunicação, trabalho prático e experimental e componentes de natureza regional e local.
2.Desenvolvimento de competências	<ul style="list-style-type: none"> Competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, que contribuem para a resolução de problemas e para o reforço da autoestima dos alunos.
3.Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de experiências de comunicação e expressão em Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal.
4.Cidadania ativa	<ul style="list-style-type: none"> Formas de participação social, em contextos de partilha e de colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade.
5.Trabalho de Projeto	<ul style="list-style-type: none"> Situações de aprendizagem dinâmicas, centradas no papel dos alunos enquanto autores, proporcionando situações de aprendizagens significativas.
Concretização de opções curriculares	
Alteração do Currículo	
<ul style="list-style-type: none"> Criação de domínios de Autonomia Curricular. 	<ul style="list-style-type: none"> Combinação total ou parcial de disciplinas.
<ul style="list-style-type: none"> Criação de disciplinas, de espaços ou de tempos de trabalho para o desenvolvimento de componentes de currículo, atento o Projeto Educativo, entre outras, com contributo interdisciplinar. 	
Novas formas de trabalho e de gestão do tempo	
<ul style="list-style-type: none"> Alternância, ao longo do ano letivo, de formas de funcionamento distintas. 	<ul style="list-style-type: none"> Funcionamento disciplinar com períodos de funcionamento multidisciplinar, em trabalho colaborativo.
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de trabalho prático ou experimental. 	<ul style="list-style-type: none"> Desdobramento de turmas quando se mostre possível.
<ul style="list-style-type: none"> Integração de projetos desenvolvidos na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Integração semanal, de forma rotativa ou outra.
<ul style="list-style-type: none"> Redistribuição da carga horária das disciplinas das matrizes curriculares-base. 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de tempos de trabalho de projeto interdisciplinar, podendo existir partilha de horário entre diferentes disciplinas.
<ul style="list-style-type: none"> Organização do funcionamento das disciplinas. 	<ul style="list-style-type: none"> Funcionamento trimestral ou semestral ou outro.

45. Implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular

260. A implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular requer a apropriação, por parte de toda a Comunidade Educativa, dos seus pressupostos, finalidade e princípios, documentos orientadores e instrumentos de gestão curricular. Face ao processo inovador que a renovação curricular recente comporta e às exigências que a opção faseada de implementação requerem, estabelecem-se as seguintes fases de Implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular.

Quadro 12 - Implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular

Implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular	
Etapa 1	<p>Sensibilização da Comunidade Educativa</p> <ul style="list-style-type: none"> Explicação dos propósitos da AFC. Auscultação e envolvimento dos professores, alunos, colaboradores, encarregados de educação, técnicos e parceiros comunitários no